

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Flávia Rezende

**A constituição da escola primária paulista em sua dimensão material:  
um estudo sobre os Inventários de Bens Escolares (1889-1914)**

Campinas

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Flávia Rezende

**A constituição da escola primária paulista em sua dimensão material:  
um estudo sobre os Inventários de Bens Escolares (1889-1914)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para a conclusão da graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Heloísa Helena Pimenta Rocha.

Campinas

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

R339c Rezende, Flávia, 1989-  
A constituição da escola primária paulista em sua  
dimensão material: um estudo sobre os inventários de bens  
escolares (1889-1914) / Flávia Rezende. – Campinas, SP:  
[s.n.], 2012.

Orientador: Heloísa Helena Pimenta Rocha.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Escolas primárias. 2. Material didático. 3.  
Educação – História. I. Rocha, Heloísa Helena Pimenta,  
1963- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade  
de Educação. III. Título.

12-284-BFE

**A constituição da escola primária paulista em sua dimensão material:  
um estudo sobre os Inventários de Bens Escolares (1889-1914)**

**Flávia Rezende**

---

Heloísa Helena Pimenta Rocha - orientadora

---

Maria das Graças Sandi Magalhães – segunda leitora

*Dedico este trabalho aos meus pais e  
a toda minha família.*

## **Agradecimentos**

A Deus primeiramente, por estar sempre à frente da minha caminhada, trilhando meu caminho. Ele é o maior responsável pela oportunidade de conclusão deste curso. Obrigada Senhor!

À minha orientadora Heloísa Helena Pimenta Rocha, pelo constante incentivo, pela orientação e pelo companheirismo, me ensinando sempre novas possibilidades de percepção, contribuindo para o desenvolvimento do meu pensamento reflexivo. É com grande satisfação que finalizo mais uma etapa da minha vida, podendo contar sempre com a sua colaboração e orientação.

Aos meus pais, Aparecida e João, e à minha irmã Patrícia, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando em todas as decisões, torcendo pela minha vitória.

Aos meus padrinhos, João e Maria, que assim como meus pais, estiveram sempre comigo. Apesar de estarem longe, acompanharam toda a minha trajetória, torcendo e rezando por mim.

A todas as minhas amigas e colegas, em especial, Érica Caria, Tatiana Antunes, Juliana Hulshof, Ana Paula Francisconi, Luciana Galzerano, Ana Paula Motta e Giovanna Valente, pela convivência, companheirismo e principalmente pela amizade. Vocês foram essenciais na minha vivência acadêmica. Já estou com saudades.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

**A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA PAULISTA EM SUA DIMENSÃO  
MATERIAL: UM ESTUDO SOBRE OS INVENTÁRIOS  
DE BENS ESCOLARES (1889- 1914)**

*FLÁVIA REZENDE*

*HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA*

Este trabalho tem como objetivo é responder às seguintes questões: o que caracteriza o projeto de reorganização da escola primária paulista, instituído no final do século XIX e início do século XX? Qual o papel reservado à escola no interior desse projeto, que tinha como propósito a formação do cidadão republicano? Como se expressou a atuação do Estado no sentido de dotar, do ponto de vista material, a escola primária? Que lugar ocupou nesse novo projeto de educação a produção de livros destinados às crianças e seus mestres? A pesquisa, desenvolvida com bolsa de Iniciação Científica PIBIC CNPq, voltou-se para o levantamento de Inventários de Bens Escolares, reunidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o qual foi acompanhado de revisão bibliográfica sobre a temática estudada. A revisão bibliográfica possibilitou observar que a reforma e a expansão da escola pública elementar no estado de São Paulo, que redundou na implantação dos grupos escolares, provocou mudanças significativas no sistema de educação pública do estado. Buscou-se com a reforma paulista a uniformização do ensino e, para que isso pudesse ser alcançado, foi imposta a utilização dos mesmos métodos e dos mesmos materiais de ensino para uso dos alunos, gerando uma renovação dos materiais didáticos até então utilizados. Tal renovação gerou um crescimento no mercado de livros e materiais escolares. Controlando a escolha dos livros, o governo de São Paulo estabeleceu que somente os livros de leitura pudessem ser destinados ao uso dos alunos e esse fato colocou tais produtos no foco dos interesses das editoras. O modelo de educação proposto em São Paulo logo se difundiu por outros estados e os livros didáticos editados por tipografias e livrarias paulistas passaram a ser utilizados por outras unidades federativas. A pesquisa realizada com os 156 Inventários possibilitou concluir que tais documentos mostram como a escola primária paulista estava se constituindo, do ponto de vista da sua materialidade, no período entre 1889 a 1914. Os inventários podem ser vistos como fonte para a história da educação, uma vez que, possibilitam uma aproximação dos investimentos estatais com vistas à dotação material das escolas primárias paulistas no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da educação; material didático; cultura material; escola primária; inventário de bens escolares.

## Sumário

Agradecimentos	05
Resumo	06
Apresentação	08
Capítulo I – O começo da pesquisa	13
Manuais escolares	13
Os Inventários de Bens Escolares	16
A análise dos inventários	18
Capítulo II - A Reforma oficial do ensino paulista	23
A Reforma Caetano de Campos	26
Os grupos escolares	31
Instalação, arquitetura, tempo e espaço	34
A formação do cidadão republicano	44
Capítulo III - A materialidade da escola primária paulista	51
Vestígios da cultura material	51
Os Inventários de Bens Escolares: possibilidades investigativas	53
A expansão editorial em São Paulo na Primeira República	59
Os livros de leitura	66
Dando continuidade à pesquisa	71
Considerações finais	72
Referências bibliográficas	75

## **Apresentação**

O presente trabalho de conclusão de curso resulta do projeto de pesquisa *Manuais escolares de Higiene para a infância paulista*, desenvolvido com financiamento do CNPq/PIBIC – Quota Pesquisador, sob orientação da Professora Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha.

O objetivo principal da pesquisa, realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, foi o levantamento e a análise de fontes que informassem sobre manuais escolares de higiene, destinados aos alunos das escolas primárias paulista, publicados entre o final do século XIX e início do século XX. Parte de um projeto mais amplo que se articula em torno da pesquisa sobre manuais escolares de higiene, intitulado *Biblioteca de Higiene para as crianças e seus mestres: produção, circulação e usos de manuais escolares*, a pesquisa visou a localizar documentos que informassem sobre os trabalhos das comissões avaliadoras de livros didáticos, bem como documentos que pudessem oferecer indícios sobre a aquisição de livros para as escolas primárias paulistas da época.

A pesquisa realizada insere-se na linha de investigação sobre a história dos manuais escolares, buscando examinar aspectos ligados à produção, circulação e prescrições de uso desses objetos. Rocha (2010) destaca que os estudos sobre os manuais escolares, em perspectiva histórica, contribuem para o aprofundamento da reflexão sobre as estratégias por meio das quais a escola foi sendo produzida em sua materialidade, oferecendo elementos para a compreensão sobre o que aconteceu no interior delas, no passado.

Nesse sentido, os historiadores da educação, preocupados em compreender os processos de constituição dos sistemas de ensino e as formas

de organização das escolas, em sua materialidade, têm demonstrado um interesse crescente pelos manuais escolares. Iniciativas voltadas para a localização, catalogação e disponibilização dos manuais para a comunidade de pesquisadores estão ganhando importância no contexto da investigação histórico-educativa. Projetos como EMANUELLE (França), MANES (Espanha) e LIVRES (USP/São Paulo) constituem-se em iniciativas que caminham nessa direção. Os manuais escolares podem ser utilizados como fonte na compreensão do passado educacional e como objetos culturais, pois condensam em sua materialidade alguns interesses, intenções e regulações presentes em um determinado momento histórico.

O levantamento, realizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, teve como foco os Inventários de Bens Escolares. Totalizando 156 documentos, os inventários foram catalogados, digitalizados e analisados. Os documentos localizados abrangem o período compreendido entre 1889 e 1914 e trazem como conteúdo uma listagem minuciosa dos pertences das escolas primárias paulistas da última década do século XIX e do início do século XX.

Os resultados obtidos na pesquisa realizada não trazem registros de manuais escolares cujos títulos indiquem a abordagem da temática da higiene. Porém, por meio da análise realizada, o que foi possível constatar foi a presença de um grande número de livros de leitura e livros voltados para o ensino das primeiras letras, além de objetos que remetem à preocupação com os hábitos de higiene. Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível observar que, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, apenas os livros de leitura eram destinados ao uso dos alunos das escolas primárias públicas do estado. Em relação a essa questão, Razzini (2008) destaca que,

em São Paulo, desde o início da República, o governo controlou a escolha de livros didáticos para as escolas primárias públicas, de modo a assegurar que somente os livros de leitura fossem disponibilizados para uso dos alunos.

É importante ressaltar que o exame dos 156 inventários de bens escolares das escolas públicas trouxe importantes elementos para a compreensão sobre os modos como a escola primária paulista estava se constituindo, do ponto de vista da sua materialidade, no período entre 1889 a 1914. Os inventários podem ser vistos, desse modo, como fontes para a história da educação, uma vez que, possibilitam uma aproximação dos investimentos estatais com vistas à dotação material das escolas primárias no período.

Com base na pesquisa realizada, o presente trabalho de conclusão de curso examina aspectos ligados à constituição material da escola primária paulista, a partir da análise realizada nos inventários das escolas públicas de ensino primário. O primeiro capítulo aborda os procedimentos da pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, nos anos de 2010 e 2011, a qual se voltou para o levantamento dos Inventários de Bens Escolares. Catalogando e fotografando todos os inventários disponíveis no Arquivo Público, buscamos compreender, primeiramente, no que consistiam esses documentos, bem como os conteúdos que abordavam. É importante destacar que os inventários foram produzidos em um período no qual a educação estava passando por importantes mudanças, as quais não podem ser compreendidas sem se levar em conta as mudanças também em curso na sociedade brasileira.

O segundo capítulo examina a constituição da escola primária paulista, a partir da década de 1890, com destaque para as reformas do sistema

educacional instituídas nesse período. Nessa análise, o enfoque volta-se para a reforma da Escola Normal e para a criação das Escolas Modelo, bem como para o surgimento das escolas graduadas, denominadas grupos escolares.

Vale lembrar que, no momento histórico no qual se buscava a modernização da sociedade e o progresso do país, a escola assume, como uma das suas principais finalidades, a formação do cidadão republicano. Nesse contexto, a escola primária paulista vai se constituindo materialmente, espaços próprios são criados, novos prédios são construídos e o tempo escolar é reorganizado. Emerge, então, uma preocupação com os programas e métodos de ensino, considerando as questões: como ensinar? O que ensinar?

No âmbito das iniciativas voltadas para a formação do cidadão republicano pela via da escola, é que pode ser compreendido todo esse movimento que se expressa num conjunto de providências voltadas para o objetivo de dotar, do ponto de vista material, a escola primária. Desta forma, a análise dos 156 inventários localizados permitiu enfrentar algumas indagações: qual o potencial dos Inventários de Bens Escolares para o campo da história da educação? Seria possível, por meio da análise desses documentos, encontrar indícios da constituição material das escolas primárias paulistas, no período entre 1889 a 1914?

O terceiro capítulo deste trabalho aborda exatamente essas questões. Primeiramente, apresenta a constituição material da escola primária paulista, a partir da análise dos inventários. Após discutir essa questão, examinam-se os desdobramentos resultantes dessa preocupação de dar materialidade às escolas paulistas.

A análise desses documentos, ao mesmo tempo em que permitiu flagrar a ausência de manuais escolares que versassem especificamente sobre a temática higiene, evidenciou a grande presença dos livros de leitura e das séries graduadas de leitura, em circulação nas escolas primárias de São Paulo. A presença desses livros didáticos no conteúdo dos inventários possibilitou que outras indagações surgissem, podendo servir como suporte para posteriores pesquisas no campo da história da educação.

Tendo em vista a preocupação com a questão da higiene, que ganha vulto no final do século XIX e início do século XX, é possível indagar: em que consistiam os livros de leitura e séries graduadas? Quais conteúdos e temáticas esses materiais didáticos abordavam? Estariam os conteúdos de higiene inseridos nesses materiais? Tais questões apresentadas poderão nortear um próximo projeto de pesquisa.

## **Capítulo I - O começo da pesquisa**

A pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, visando a localizar indícios sobre manuais escolares destinados às crianças, que remetessem à temática higiene, em circulação na escola primária paulista, no período entre o final do século XIX e o início do século XX, apontou para a possibilidade de um investimento mais sistemático de análise dos livros de leitura, o qual se apresenta como possibilidade de continuidade do presente estudo. Por outro lado, tendo em vista o tipo de registro localizado, a investigação levantou indagações a respeito das estratégias por meio das quais a escola primária foi sendo produzida em sua materialidade, assim como sobre os investimentos estatais destinados a dotá-la materialmente.

Neste capítulo, discutem-se os procedimentos da pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, a qual incluiu a localização, catalogação, digitalização e análise de 156 Inventários de Bens Escolares. Tais documentos reúnem dados sobre os objetos materiais que compunham o patrimônio das escolas públicas paulistas, entre os anos de 1889 e 1914.

### **Manuais escolares**

Em primeiro lugar, cabe assinalar que os manuais escolares, objeto da investigação mais ampla, cuja busca levou aos inventários dos materiais existentes nas escolas paulistas, têm se tornado o alvo de interesse de muitos historiadores da educação. Interessados em compreender os processos de constituição dos sistemas de ensino, bem como as formas de organização da

escola, em sua materialidade, muitos historiadores têm investido seus esforços nos estudos desses materiais.

Analisando essa questão, Rocha (2010) destaca a importância que os manuais escolares vêm assumindo no contexto da investigação histórico-educativa, em âmbito internacional. Nesse sentido, nos últimos anos, ganham destaque projetos como EMANUELLE e MANES,<sup>1</sup> iniciativas voltadas para a localização, catalogação e disponibilização dos manuais escolares para toda a comunidade de pesquisadores da área. No Brasil, o projeto LIVRES, desenvolvido junto ao Centro de Memória da Universidade de São Paulo, constitui-se em uma iniciativa que caminha nessa mesma direção.

Os manuais escolares possuem um grande valor na compreensão do passado educacional. Delgado (1983) destaca que *“los libros de texto pueden ser una magnífica fuente de información para la Historia de la Educación”*, pois

*permiten conocer las opiniones e ideas de sus autores, de los profesores y de los alumnos. Ayudan a conocer los canales de comunicación de las ideas en la sociedad y la resistencia que hallan en determinados grupos sociales, así como el desgaste del modelo entero en un período de años. Permiten ver la simplificación y distorsión a que son sometidas las ideas al ser transmitidas y el tiempo transcurrido entre el lanzamiento de una opinión, su recepción y el cambio en la estructura social. (DELGADO, 1983, p. 353)*

---

<sup>1</sup> Os projetos EMANUELLE e MANES foram iniciados, segundo Rocha (2010), na França e em Madri, respectivamente. EMANUELLE foi um projeto que contou com a direção do Professor Alain Choppin, com início na década de 1980. O projeto MANES nasceu em 1992, na UNED (Universidad Nacional de Educación a Distancia) em Madri.

Além de porem em circulação concepções, opiniões e idéias, os manuais escolares colaboram para uma melhor compreensão dos modos de conceber o ensino. Segundo destaca Rocha (2010),

*a contribuição dos estudos sobre os manuais escolares, em perspectiva histórica, vincula-se à possibilidade de aprofundar a reflexão sobre as estratégias por meio das quais foi sendo produzida a escola em sua materialidade, oferecendo elementos para a compreensão sobre o que acontece no interior da escola, bem como sobre os objetos materiais empregados no cotidiano das práticas escolares. (ROCHA, 2012, p.2)*

Discutindo o lugar dos manuais escolares nas práticas que têm lugar na escola, Escolano (2001) assinala que os manuais escolares *“no han sido sólo un elemento material del ajuar de los maestros y alumnos, sino el sistetizador que mejor revela los modos de concebir y praticar la educación* (p. 14). Os manuais podem permitir a compreensão das teorias pedagógicas que ganham expressão em um determinado período histórico, bem como dos valores vigentes em uma sociedade, dos conteúdos e dos métodos pedagógicos . O mesmo autor destaca que

*El manual puede ser examinado en primer lugar como um ámbito material y simbólico de representación de la cultura de la escuela. En él aparecen reflejados, como espacio de memoria, los contenidos que transmite en cada época la educación formal, el imaginario social de la comunidad en que circula y los métodos que constituyen el arte docente que implica sus usos didácticos. (ESCOLANO, 2001, p.13)*

Os manuais escolares, além de reunir e permitir aos estudiosos o acesso aos conteúdos da escolarização, podem ser concebidos como objetos culturais. Rocha (2010), analisando o movimento de reconfiguração da

historiografia educacional, destaca o interesse recente pelos manuais escolares, apontando que esses objetos culturais condensam em sua materialidade uma pluralidade de interesses, regulações e intenções.

Visando a localizar, catalogar e analisar manuais escolares que abordassem a temática da higiene, destinados ao uso dos alunos das escolas primárias paulistas, o projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho buscava identificar, também, os autores dessas obras didáticas, os editores, as prescrições de uso e os dados sobre edição, tiragem e distribuição.

### **Os Inventários de Bens Escolares**

Tendo em vista a busca por documentos que oferecessem indícios sobre a aquisição de livros para as escolas primárias paulistas, no final do século XIX e início do século XX, os Inventários de Bens Escolares foram o ponto de partida para a realização da pesquisa, uma vez que pesquisas anteriores já haviam permitido a localização de alguns títulos produzidos nos anos 1920 e 1930, cuja circulação nas escolas paulistas se buscava identificar.

Reunidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, os inventários são documentos que apontam, em forma de listagem, os registros dos bens materiais existentes nas escolas primárias paulistas. Abrangem o período entre 1889 a 1914 e apresentam a quantidade de cada material e de cada utensílio presente na respectiva escola.

Os livros de inventários eram preenchidos por professores e professoras que lecionavam nas escolas paulistas do período. Cada livro contém 50 folhas, preenchidas de modo bastante irregular, sendo todos os registros manuscritos.

Com um termo de abertura e um de fechamento, os livros deveriam ser preenchidos anualmente. É importante ressaltar que alguns inventários se mostram bastante extensos, abrangendo vários anos de funcionamento das escolas; outros se resumem à apresentação dos materiais disponíveis na escola em um único ano, ocupando, portanto, uma parte bastante reduzida do livro.

Enviados às escolas pelo almoxarifado da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, os inventários tinham a finalidade de escrituração dos pertences das instituições. Eles eram utilizados pela Secretaria do Interior a fim de controlar os pertences das escolas graduadas e dos grupos escolares da cidade de São Paulo e também das cidades do interior.

Por meio das listagens contidas nos inventários, pode-se observar o modo como a Secretaria do Interior buscava equipar materialmente as instituições, fornecendo os materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e tentando suprir os materiais que se mostravam faltantes. Um cruzamento com outros documentos como as requisições de materiais encaminhadas pelas escolas, que não foram objeto do presente trabalho, poderia evidenciar em que medida os materiais e utensílios enviados às escolas eram capazes de suprir as demandas dos professores e diretores.

Analisando os materiais didáticos utilizados no trabalho docente com as crianças, nas escolas graduadas de São Paulo, na última década do século XIX, Souza (1998) destaca que

*para o ensino da aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadros de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixa de formas geométricas, cadernos de*

*aritmética. Para o ensino da linguagem: coleção de abecedários e de cartões parietais para a leitura, ardósias, cartas de alfabeto e cartas de caligrafia. Para o ensino da geografia e da história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências físicas e naturais: laboratórios, museus, quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópio, peças anatômicas, mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho em gesso, coleção para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura. (SOUZA, 1998, p.168)*

O amplo rol de objetos materiais empregados no cotidiano das práticas escolares nas mais diversas matérias, identificado por Souza, permite afirmar que havia uma preocupação com o trabalho pedagógico e, além disso, que havia um investimento do Estado na dotação das escolas públicas dos materiais necessários ao desenvolvimento dessas práticas.

A fim de identificar os materiais e utensílios escolares inventariados, procurando responder ao propósito inicial da pesquisa de localizar dados sobre manuais escolares voltados à temática da higiene, foram catalogados e digitalizados 156 livros de inventário. A opção por digitalizar os documentos teve o intuito de possibilitar o acesso às informações dos documentos posteriormente, além de permitir a sua disponibilização para pesquisas futuras.

### **A análise dos inventários**

A análise realizada a partir dos inventários digitalizados permitiu identificar utensílios, mobiliário, materiais e livros didáticos utilizados pelas escolas paulistas no período entre 1889 a 1914.

Nas listagens produzidas a partir dos dados constantes dos inventários, aparecem objetos destinados ao uso dos alunos, como por exemplo, os livros voltados para o ensino da leitura e da escrita; objetos voltados especificamente para orientar o trabalho do professor no ensino de diferentes matérias, entre as quais a própria leitura, a aritmética, a geografia e a história; e objetos utilizados nas práticas administrativas da escola. Os materiais utilizados pelas instituições, seja para uso dos alunos, seja para uso dos professores ou para fins administrativos, compõem as listas produzidas com base no exame dos inventários.

De acordo com essa análise, temos:

- **Mobiliário**

- destinado ao uso de alunos e professores: carteiras americanas, carteiras, carteiras duplas, mesas com gavetas, cadeiras simples, banquetas, bancos traseiros, mesas para professores e cadeiras de palha, cavaletes;

- **Materiais escolares**

- de uso corrente na escola: escarradeiras de agathe, talhas para água, talhas com torneiras, copos para água, canecas de agathe, canecas de louça, relógios de parede;

- utilizados nas práticas de ensino: quadros negros, lousas, caixas de giz branco, caixas de giz colorido, escova para quadro negro, tinteiros, ponteiros, folhas de mata borrão;

- materiais específicos para as práticas de ensino de leitura e escrita: cadernos de caligrafia vertical, cadernos de caligrafia em branco, cadernos de linguagem;

- materiais específicos para as práticas de ensino de matérias como história, geografia, aritmética e matemática: mapas do Brasil, mapas de São Paulo,

mapas de pesos e medidas, mapas mundi, globo geográfico, régua de 30 centímetros, régua de um metro, contadores mecânicos, compassos de madeira, resmas de papel almaço, cartas de Parker;

- **Livros e cartilhas**

- utilizados nas práticas administrativas: livros de matrícula, livros de chamada, livros de termos de visita, livros de atas de exame e livros de inventário, programas de ensino, regulamentos, regimentos internos, *Livro da Inspeção Geral do Ensino*, Constituição federal e Constituição estadual;

- de leitura:

*Como ensinar leitura e linguagem, Conto das crianças* – J. Antonio Figueirinhas

*Livro das Crianças* – Zalina Rolim

*Festa das Aves*

*Manuscriptos* – Benedicto da Lapa Trancoso

*Estylos em Acção* – Rodrigues

*Pátria* – João N. de Almeida

*As crianças e os animais, Minha pátria* – Pinto e Silva

*Historietas, Couzas Brasileiras* – R. Puiggari

*Vidas infantis* – Mario Bulcão

*Leituras Brasileiras*

- séries graduadas de leitura:

1º, 2º, 3º e 4º livro de leitura de João Kopke

1º, 2º, 3º e 4º livro de leitura de Mario Bulcão

1º, 2º, 3º e 4º livro de leitura de Puiggari Barreto

1º, 2º, 3º e 4º livro de leitura de Rangel Pestana

- cartilhas

*Cartilha das Mães* – Arnaldo Barreto

*Cartilha Moderna* – Ramom Rocca Dordal

*Cartilha da Infância* – Thomaz Galhardo

- utilizados pelos professores para o ensino de matemática, química, geografia e aritmética:

*ABC Geográfico*

*Arithimética Elementar*

*Chímica Geral*

*Méthodo de música* – J. Gomes

*Mathemática Elementar*

*Resumo de Chímica* – Cardoso

*Educação Moral e Cívica* – Henrique Coelho

*Geographia* – Olavo

*Geographia* – Tancredo

Os resultados obtidos a partir da sistematização e análise dos 156 Inventários de Bens Escolares localizados não possibilitaram identificar registros de manuais escolares cujos títulos indiquem, de forma explícita, a abordagem de temáticas ligadas à higiene. No entanto, a constatação da presença, nas escolas primárias, de um grande número de livros de leitura e livros voltados para o ensino das primeiras letras, permite indagar sobre a presença, nesses materiais, de questões ligadas à temática em estudo.

Analisando a produção dos livros didáticos na cidade de São Paulo, após a Proclamação da República, Razzini (2008) destaca que, entre a última

década do século XIX e o final da década de 1930, somente os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos. Nesse sentido, é possível indagar: estariam os conteúdos de higiene e saúde inseridos nesses livros de leitura e séries graduadas? Que contribuições a listagem dos inventários de bens escolares traz para o campo da história da educação?

Além disso, cabe chamar a atenção para os registros da existência, nas escolas, de objetos materiais que indicam a preocupação com as questões de saúde, como as escarradeiras e talhas, além dos copos e canecas individuais. Elementos que permitem afirmar que essas preocupações não estiveram ausentes no debate educacional do período, mesmo que não tenham se traduzido na produção e circulação de livros escolares voltados especificamente para a temática.

A análise dos documentos orientou a direção assumida por este trabalho de conclusão de curso, na medida em que o amplo leque de materiais escolares registrados nos inventários permite analisar como e em função de que objetivos a escola primária paulista estava se constituindo, do ponto de vista da sua materialidade, no período entre 1889 a 1914. Os inventários podem ser vistos, nesse sentido, como fonte significativa para a história da educação, uma vez que possibilitam uma aproximação dos investimentos estatais com vistas à dotação material das escolas primárias paulistas, no período em estudo.

## **Capítulo II - A Reforma oficial do ensino paulista**

Este capítulo examina aspectos da reforma do ensino instituída no estado de São Paulo, na década de 1890. Após a Proclamação da República, no ano de 1889, São Paulo foi o primeiro estado a colocar em prática o projeto de modernização da educação popular, renovando o seu sistema oficial de ensino elementar. Possuindo um projeto modernizador, os republicanos paulistas iniciaram a reforma do ensino pela reforma da Escola Normal, criando a Escola Modelo e, posteriormente, os grupos escolares. É importante ressaltar que o projeto de modernização da educação instaurado em São Paulo influenciou, de maneira significativa, outros estados brasileiros a implantarem sistemas similares de ensino.

A Proclamação da República, no ano de 1889, reconfigurou alguns aspectos econômicos e sociais, que vinham sendo objeto de ampla discussão e se traduzindo em iniciativas de diferentes grupos, desde meados de 1870. No âmbito desse movimento, o Partido Republicano Paulista, criado nas últimas décadas da Monarquia, mais precisamente no ano de 1873, teve um importante papel, já que foi um dos mentores da proposta de instrução pública primária, pautada na crença de que a instrução da população era um elemento fundamental no sentido de promover o progresso do país.

No final do século XIX, circulavam no Brasil algumas representações sobre a educação articuladas em torno dessa crença. Analisando tais representações, Souza (1998) destaca que, para os republicanos do período, a educação representava um alicerce para uma sociedade moderna, capaz de garantir a ordem e o progresso social, regenerando a nação. A educação seria

um instrumento capaz de moralizar e civilizar o povo, constituindo-se em um elemento essencial para a formação completa do indivíduo,

*articulada com a formação da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas de crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação. Um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. (SOUZA, 1998, p.26)*

Segundo acreditavam os republicanos, a educação seria capaz de solucionar o atraso da sociedade brasileira, constituindo-se em “solução dos problemas que se identificavam” (CARVALHO, 1989, p.9). Nesse sentido, a instrução pública primária estava diretamente associada à idéia de formação da nação.

Analisando o ideário de formação da nação, Monteiro (2000) aponta que os republicanos paulistas buscaram implantar um regime de governo que, em substituição ao Estado monárquico, ampliaria o direito à representação política, dando aos indivíduos alfabetizados o direito de votar. Nesse sentido, a escola tornou-se o local responsável por suprir “a necessidade de aquisição de conhecimentos mínimos que habilitassem os indivíduos ao voto” (p. 4).

A exigência da alfabetização para a participação política mostrava que a difusão da instrução primária era indispensável para que o regime republicano se consolidasse. Nesse sentido, a educação popular tornou-se um instrumento

importante no projeto de civilização da nação brasileira, articulando-se com os processos de crescimento e com o almejado avanço econômico da sociedade.

Sendo “responsabilizada pela formação intelectual e moral do povo, a educação popular foi associada ao projeto de controle e ordem social” (SOUZA, 1998, p.27). Como resultado dessa concepção, uma política de educação pública foi concebida e implementada pelos republicanos no estado de São Paulo. A escola pública passou a ser vista, segundo Souza (1998), como lugar “para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime” (p.28).

Os republicanos paulistas buscavam fundar uma escola que se identificasse com os avanços do século, uma escola que fosse renovada. A escola almejada por eles deveria apresentar novos programas e processos de ensino, bem como renovar seus métodos e sua organização didático-pedagógica. Nesse projeto, a escola deveria ser pensada como “uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existentes no império” (SOUZA, 1998, p.29).

Assim, observando a consolidação dos sistemas nacionais de ensino e os avanços educacionais que estavam acontecendo em países europeus e também nos Estados Unidos, os republicanos paulistas deram início à reforma do ensino. É importante lembrar que, no final do século XIX, a universalização do ensino primário já havia se consolidado em muitos desses países.

## A Reforma Caetano de Campos

*Decreto nº 27 de 12.03.1890 - Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas [...] Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento; Considerando que de todos os factores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensavel é a instrução primaria largamente diffundida e convenientemente ensinada; Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruidos nos modernos processos pedagogicos e com cabedal scientifico adequado ás necessidades da vida actual, o ensino não póde ser regenerador e eficaz; Considerando mais que a Escola Normal do Estado não satisfaz as exigências do tirocínio magistral a que se destina, por insufficiencia dos seus alumnos: Decreta: TITULO I: DA ESCOLA NORMAL: Artigo 1.º O ensino da Escola Normal, instituída para preparar professores públicos primários, compreenderá as matérias seguintes: Lingua portugueza (leitura, exercícos de composição, declamação e grammatica); Arithmetica, álgebra e geometria e escripturação mercantil; Physica e chimica; Geographia e cosmographia; Historia do Brazil, com especialidade a de S. Paulo; Educação cívica; Noções de economia política, com especialidade da rural; Organização e direcção das escolas; Biologia; Calligraphia e desenho; Gymnastica; Exercicios militares e escolares; Musica. Artigo 2.º O ensino da Escola Normal será gratuito e destinado a ambos os sexos. (SÃO PAULO, 1890)*

Instaurada a República, a reorganização do ensino paulista teve início com a reforma da Escola Normal<sup>2</sup> e a criação da Escola Modelo. Caetano de

---

<sup>2</sup> Discutindo as Reformas que aconteceram na Escola Normal brasileira, Villela (2003) destaca que, com o advento da República, outras reformas aconteceram, logo no início da década de 1890, assim como a Reforma Caetano de Campos, que remodelou a Escola Normal de São Paulo, primeiro estado a por em prática uma reforma oficial para o ensino. Como assinala a autora, a reforma Benjamin Constant (1890 a 1892) buscou também remodelar a Escola Normal, dando a ela um modelo de formação mais "arrojado", idealizando na Escola Normal um "centro propulsor de reformas e melhoramentos", a fim de auxiliar os professores que estavam se formando. É importante ressaltar, entretanto, que a reforma Benjamin Constant

Campos foi o mentor da remodelação pela qual passou a Escola Normal, concebida em torno do propósito de preparar professores para o ensino na escola primária pública em São Paulo. Após a Proclamação da República, a Escola Normal foi confiada a Caetano de Campos, cabendo a ele a responsabilidade pela administração da instituição, bem como a tarefa de nela “implantar inovações, como primeiro passo para a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo” (ALMEIDA, 1995, p.672).

A criação da Escola Modelo, principal providência instituída pela reforma, evidenciou a preocupação desse educador em relação à necessidade de uma instituição que fosse responsável pela formação de professores. Analisando essa iniciativa e os objetivos que a orientaram, Villela (2003) destaca que Caetano de Campos preocupava-se bastante com a questão da prática pedagógica na atividade docente e, em função disso, nomeou para a sua direção duas experientes pedagogas – Miss Browne e Dona Maria Guilhermina. Elas foram responsáveis por colocar os alunos da Escola Normal em contato com o exercício da prática docente dentro das Escolas Modelo, atingindo um dos objetivos da reforma: formação docente atrelada à prática pedagógica na sala de aula.

Segundo Souza (1998), os reformadores republicanos acreditavam que a formação do professor era imprescindível para a renovação da escola pública, já que essa renovação era concebida especialmente em termos da adoção de novos processos de ensino, ligados ao método intuitivo.

---

incidiu sobre a instrução nacional, distintamente da Reforma Caetano de Campos, que reformulou somente a escola paulista. Por fim, vale notar que, com a morte de Benjamim Constant, a sua proposta de reforma foi desfigurada.

A formação dos professores passou a acontecer concomitantemente na Escola Normal e na Escola Modelo, lugar onde os mestres (alunos) colocavam em prática aquilo que lhes era ensinado. Segundo Carvalho (1989), não bastava ensinar, era preciso saber ensinar. Assim, acreditava-se que não haveria um ensino produtivo sem que houvesse a adoção de novos métodos. Na concepção dos reformadores republicanos, o homem moderno precisava de uma educação fundada na soma de conhecimentos enciclopédicos, interligados em diversos ramos do estudo. Desta forma, a montagem do sistema público de ensino paulista levou em consideração a idéia de que a educação do homem deveria depender de novos métodos e processos, fazendo com que as iniciativas republicanas se organizassem em torno da instituição da Escola Modelo.

Sendo uma escola na qual os alunos experimentavam na prática aquilo que lhes era ensinado na teoria, na Escola Normal, a Escola Modelo foi erigida sobre a esperança de renovação do ensino. Tendo a finalidade de preparar os (as) normalistas para as futuras tarefas docentes, a Escola Modelo propiciava aos alunos da Escola Normal tarefas como observação e participação nas atividades realizadas em sala de aula.

Reis Filho (1995) destaca que a Escola Modelo era destinada para a prática dos alunos que cursavam o 3º ano da Escola-Normal. Estruturada em três graus de ensino, a Escola Modelo se organizava em

*1º grau para crianças de sete a dez anos de idade; 2º grau para as idades de dez a catorze; e o 3º para adolescentes de catorze a dezessete anos. Entretanto, sua organização atingiu apenas o ensino do 1º grau, com o seguinte programa de ensino: lições de coisas, com observação espontânea; instrução cívica; leitura: ensino proporcionado ao desenvolvimento das faculdades*

*do aluno a ponto de ler corretamente, prestando o professor atenção à prosódia; exercício de análise de pequenos trechos lidos, de modo a poder o aluno compreender e ficar conhecendo a construção de frases e sentenças, sem decorar regras gramaticais; escrita graduada até a aplicação das regras de ortografia; aritmética elementar, incluindo as quatro operações fundamentais, frações ordinárias e decimais, regra de três simples com exercícios práticos, problemas graduados de uso comum; ensino prático do sistema legal de pesos e medidas; desenho à mão livre; exercícios de redação de cartas, faturas e contas comerciais; noções de geografia; ginástica, compreendendo marchas escolares e exercícios militares; coral e trabalhos manuais. (REIS FILHO, 1995, p.53)*

Partindo de um modelo de escola estruturada em graus, a Escola Modelo<sup>3</sup> configurou-se em uma das matrizes da escola graduada paulista. É importante ressaltar que a escola graduada pressupunha um agrupamento de alunos, classificados pelo nível de conhecimento, dentro de um edifício escolar que se dividia em salas de aula, com um programa de ensino distribuído por séries.

O modelo da escola graduada foi adotado no Estado de São Paulo no ano de 1893. Apresentando essa implantação da escola graduada, Vidal (2006) destaca que, segundo os republicanos do período, esse modelo escolar era o mais moderno e adequado para a universalização do ensino primário.

---

<sup>3</sup> Com base nesse modelo de escola primária, diretamente relacionado ao modelo de escola graduada implantado na Europa e nos Estados Unidos, nas últimas décadas do século XIX, implantam-se os grupos escolares em São Paulo, no ano de 1893.

Inserida em um contexto de reforma da instrução pública – Reforma da Escola Normal e criação da Escola Modelo – e de difusão da escola primária<sup>4</sup>, a escola graduada foi instituída como escola modelar e se tornou o símbolo do regime republicano. Analisando as influências da Escola Modelo para a implantação desse tipo de escola no estado de São Paulo, Vidal (2006) destaca que

*A Escola Modelo constituiu-se no protótipo de organização dos grupos escolares em São Paulo. Adotando a mesma ordenação administrativa e didático-pedagógica das escolas graduadas, ela se tornou a referência a ser seguida pelas escolas agrupadas designadas “grupos escolares” (VIDAL, 2006, p. 27)*

Discutindo as reformas da instrução pública, mais precisamente o modelo escolar paulista, implantado após a Proclamação da República, Carvalho (2003) destaca que a Escola Modelo foi constituída como uma instituição “nuclear” da reforma que aconteceu no estado de São Paulo. Além de assegurar a excelência de um modelo a ser imitado, esse tipo de escola garantiu o sucesso da Reforma Caetano de Campos. A Escola Modelo configurou-se, desse modo, em um espaço no qual os futuros mestres poderiam ver como as crianças deveriam ser instruídas, um espaço que permitia dar visibilidade às práticas pedagógicas que estavam sendo apresentadas como modelares naquele momento em São Paulo.

---

<sup>4</sup> Examinando a difusão da escola primária, Vidal (2006) destaca que houve a criação de escolas de diferentes tipos, após o início da reforma da Instrução Pública, em São Paulo. Foram criadas escolas reunidas, escolas noturnas e os grupos escolares.

## Os grupos escolares

A escola paulista foi destacada como um símbolo de progresso para a República, passando a ser utilizada como força exemplar para iniciativas de remodelação de sistemas de ensino de outros estados. Como destaca Carvalho (1989), a escola primária paulista representou o emblema de instauração de uma nova ordem, capaz de gerar avanços para o sistema educacional.

Analisando o contexto de reforma pelo qual passou o ensino paulista, Souza (1998) ressalta que a Reforma Caetano de Campos foi responsável por inaugurar a institucionalização do modelo escolar paulista, destacando que a escola primária foi

*(re)inventada: novas finalidades, outra concepção educacional, e organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p.29)*

No interior do projeto republicano paulista de reforma social e de difusão da educação popular, a escola paulista sofreu uma importante renovação. A Reforma Caetano de Campos dá lugar aos primeiros vestígios de uma escola graduada, gerando posteriormente a criação dos grupos escolares.

A implantação dos grupos tornou-se uma dentre as várias medidas que acompanharam a reforma da instrução pública implantada no Estado de São

Paulo, a partir de 1890. Eleito pelos republicanos como o modelo de instrução popular, a criação dos grupos escolares

*teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas. (SOUZA, 1998, p.30)*

Sua implantação propôs uma “nova forma” (SOUZA, 1998, p.31) para a educação pública, de modo que os alunos passaram a ser organizados em níveis graduados e as escolas passaram a ter várias salas de aula e vários professores. É importante ressaltar que, no final do século XIX e início do século XX, a educação popular encontrava-se difundida em nível mundial, seguindo os moldes de escola graduada, “baseada na classificação homogênea dos alunos” (SOUZA, 1998, p.15).

O decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, em seus artigos 81 e 82, estabelecia, em relação aos grupos escolares, que:

*Artigo 81. Nos lugares em que, em virtude de densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade, o Conselho Superior poderá fazê-las funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado.*

*§ 1.º - As escolas terão a denominação de "Grupo Escolar" com a sua respectiva designação numérica em cada localidade.*

*§ 2.º - Por deliberação do Conselho os Grupos Escolares poderão ter denominações especiais, em homenagem aos cidadãos que por ventura concorram com donativos importantes para o desenvolvimento da educação popular,*

*principalmente no que se refere á reunião das escolas.*

*Artigo 82. - Cada Grupo Escolar poderá comportar a lotação de 4 a 10 escolas isoladas no máximo e será regida por tantos professores quantos forem os grupos de 40 alunos e pelos adjuntos que forem necessários á diretoria.*

*§ 1.º - Podem funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e do feminino, havendo completa separação dos sexos.*

*§ 2.º - Nos Grupos Escolares, os alunos serão distribuídos em 4 classes para cada sexo, correspondentes ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos do curso preliminar. (Decreto nº 248, de 26 de Julho de 1894)*

Analisando a história da escola brasileira, desde os primórdios do Brasil colônia, até a instalação dos grupos escolares paulistas, Faria Filho (2003) destaca que é no decorrer do século XIX, durante o período imperial, que surgem as primeiras preocupações com a questão da instrução pública escolar, principalmente no que tange à construção de espaços específicos para a escola.

O autor assinala que a falta de espaços próprios para as escolas acabou se tornando um problema administrativo no período imperial, uma vez que as instituições escolares ficavam muito distantes umas das outras, dificultando a fiscalização, o controle das atividades profissionais dos professores, gerando, assim, um grande gasto, devido à quantidade de verbas destinadas ao pagamento dos aluguéis. Porém, essa situação começa a ser revista, no início da República, com a instalação dessa nova modalidade de organização das instituições escolares. Por meio da implantação dos grupos escolares os republicanos paulistas “buscarão mostrar a própria República e seu projeto educativo exemplar” (Faria Filho, 2003, p.147).

Os republicanos paulistas acreditavam que só seria possível ter boas escolas a partir de bons e novos prédios, uma vez que, durante todo o Império, as escolas funcionavam<sup>5</sup> nas paróquias, nas casas dos professores ou em cômodos alugados pelos próprios mestres. Embora a instalação desses novos prédios fosse “muito dispendiosa, o sucesso dos grupos escolares do Estado de São Paulo foi patente nas sucessivas inaugurações” (Razzini, 2008, p.104), que tiveram lugar não só nos centros urbanos, como também nas cidades do interior.

Faria Filho (2000) e Vidal (2000), analisando aspectos relevantes para a estruturação do sistema público de ensino primário, destacam a posição dos republicanos frente à construção de edifícios próprios para as escolas primárias. Segundo os autores, os republicanos acreditavam que a construção de prédios específicos para a escola era imprescindível para uma ação eficaz junto às crianças, defendendo a superioridade e a especificidade da educação escolar, diante de outras estruturas de socialização como a família, a igreja e os grupos de convívio.

### **Instalação, arquitetura, tempo e espaço dos grupos escolares**

Os novos prédios escolares foram instalados no núcleo urbano das cidades, ocupando lugar de destaque, ao lado de instituições como a igreja, a

---

<sup>5</sup> Faria Filho (2000) e Vidal (2000), em um estudo sobre a organização do ensino público primário no Brasil, caracterizam o tipo de organização do ensino segundo três modalidades: escolas de improviso, escolas monumentos e escolas funcionais. As escolas do Império corresponderiam à modalidade das escolas de improviso, uma vez que não possuíam lugares públicos próprios, utilizando espaços cedidos e organizados pelos próprios pais de crianças, bem como pelos mestres e autoridades responsáveis pelo ensino.

Câmara Municipal, o correio, etc. Analisando a arquitetura dos grupos escolares, Souza (1998) destaca que os primeiros edifícios escolares puderam sistematizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar e dar-se a ver.

Carvalho (1998) também faz ponderações a respeito dos edifícios escolares, no que se refere a esse aspecto da visibilidade. A autora destaca que os edifícios construídos para os grupos escolares eram majestosos, amplos e iluminados. No seu interior, o mobiliário, o material didático e as próprias atividades docentes também deveriam ser dados a ver, confirmando os preceitos de uma pedagogia que buscava a modernidade, evidenciando o progresso que a República buscava para a nação<sup>6</sup>.

Os novos prédios traziam, em sua arquitetura, traços capazes de diferenciá-los dos demais edifícios públicos, uma vez que, possuindo uma identidade própria, eram lugares específicos para as atividades de ensino e o trabalho docente.

A partir da reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio, os grupos escolares passaram a propiciar um benefício financeiro para a administração pública, uma vez que não era mais necessário alugar diversas casas para abrigar as escolas isoladas. Nesse sentido, foi

---

<sup>6</sup> Analisando a escola do período republicano, Carvalho (1998) destaca que a escola da velha ordem era considerada uma “casa sem ar e luz” pelos defensores do projeto republicano. Nas críticas que fazem à escola do período imperial, afirmam que os alunos não possuíam livros e os livros não tinham métodos, as escolas não tinham disciplina e os mestres não eram formados. Para eles, havia na educação do império uma falta de recursos destinados à educação, tornando a escola primária do império “a penitenciária do menino e o ganha-pão do mestre” (p.25). Dessa forma, as crianças que frequentavam as escolas não tinham uma formação cívica, muito menos eram preparadas para desempenhar funções sociais.

preciso desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar, de modo a assegurar o desenvolvimento de atividades adequadas às novas metodologias de ensino.

Cada grupo escolar passou a ficar sob o comando de um diretor<sup>7</sup>, sendo regulado por uma fiscalização estadual, por meio da figura dos inspetores de ensino. Houve uma ampliação do espaço escolar, aliada a mudanças na organização das turmas, na aplicação do método de ensino e na distribuição do tempo, ampliando-se também a relação professor-aluno.

Na primeira década da República, o grupo escolar ganhou importância como uma nova organização pedagógico-administrativa para o ensino primário, sendo apresentada, por seus defensores, como

*uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião das escolas trazia todos os princípios fundamentais que proporcionariam as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar. (SOUZA, 1998, p.50)*

No âmbito desse projeto, interessava aos republicanos paulistas a irradiação do modelo de escola graduada. Apesar de terem encontrado dificuldades na implantação dos grupos, devido à falta de recursos financeiros,

---

<sup>7</sup> Segundo Souza (1998), o cargo de diretor escolar não existia até então. Foi a partir da criação dos grupos escolares que ele apareceu. Ser diretor assumiu centralidade na estrutura hierárquico-burocrática dos grupos, uma vez que ele era o “elemento-chave” na transformação da simples reunião de escolas em uma escola graduada orgânica.

a expansão dessa instituição no estado de São Paulo foi bastante significativa. Conforme estudo realizado por Souza (1998), entre os anos de 1894 e 1910, foram instalados 101 grupos escolares nas principais regiões do estado.

Dentre os edifícios que abrigavam essas instituições, nem todos pertenciam ao Estado, nem tampouco haviam sido construídos especificamente para se tornarem escolas, já que as construções e edificações não acompanharam o ritmo crescente de criação e instalação das escolas graduadas. Os prédios escolares, muitas vezes, eram patrimônio dos municípios (ou alugados por eles), tendo sido arrendados para a instalação dos grupos. Os imóveis, quando não construídos com a finalidade de abrigar escolas, foram adaptados para tal fim.

Constituindo uma nova modalidade de escola primária, os grupos escolares são apontados, em estudo realizado por Souza e Faria Filho (2003), como uma organização escolar complexa, racional e moderna. Tornando-se o tipo predominante de escola elementar, ao longo do século XX, os grupos escolares instalados no estado de São Paulo, constituíram-se em instituições educativas modelares. A inovação arquitetônica que os grupos escolares representaram, juntamente com o modelo de instrução primária implantada em São Paulo, geraram

*profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e a uniformidade perpassavam todos os aspectos de ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo de crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino,*

*a atribuição de cada classe a um professor, a adoção de uma estrutura burocrática hierarquizada - uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores de ensino. (SOUZA, FARIA FILHO, 2003, p.28)*

Observando essa propagação, Carvalho (2003) destaca que a disseminação do modelo paulista de institucionalização da escola primária aconteceu sob o “primado da visibilidade”, que pode ser entendido de duas maneiras: “na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passam a ter as iniciativas de remodelação escolar de outros estados” (p. 25).

Como se pode notar, a constituição de um espaço destinado especificamente para o funcionamento da escola pública fez parte do projeto dos republicanos para a educação popular no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, analisando as responsabilidades do Estado pela construção de prédios projetados para abrigar escolas, Souza e Faria Filho (2003) destacam que

*a arquitetura monumental e suntuosa de algumas dessas edificações escolares, além de expressar a importância social e política da escola primária, serviu para propagar a ação do governo em relação à instrução pública. (SOUZA, FARIA FILHO, 2003, p. 36)*

É importante ressaltar que a beleza e a exuberância dos prédios escolares paulistas se tornaram um marco do investimento público em educação. No projeto dos republicanos para a educação popular, era de responsabilidade do Estado a construção desses edifícios. A construção dos

prédios, destinados à instalação dos grupos escolares, era uma das exigências da reforma que visava à melhoria e à modernização da educação pública.<sup>8</sup>

Além das preocupações com a dimensão espacial, a regulamentação do tempo também ocupou a atenção dos reformadores da instrução pública. É importante lembrar que:

*A incisiva regulamentação do tempo na escola mediante o estabelecimento de calendários e horários, constitui eficiente dispositivo de racionalização; além de ordenar as atividades educativas – distribuição e seqüência do conhecimento, lições, exercícios, intervalos, pausas -, a prescrição sobre o tempo cumpre uma finalidade moral e de disciplinarização das condutas (apreensão de valores relacionados a pontualidade, assiduidade, probidade, cumprimento do trabalho, repúdio ao ócio, etc.) (SOUZA E FARIA FILHO, 2003, p.37)*

Assim, os conteúdos escolares eram distribuídos ao longo do dia. Um quadro de horário era proposto nos programas de ensino, visando a assegurar que a distribuição do tempo fosse obedecida pelos professores. Os horários eram pré-determinados, a fim de garantir a distribuição dos conteúdos que seriam ensinados, conforme os dias da semana. Instrumentos como campainhas, relógios e sinetas passaram a ser materiais básicos entre os bens que compunham o patrimônio dos grupos escolares.

---

<sup>8</sup> No estudo realizado por Souza e Faria Filho (2003), os autores destacam a qualidade dos prédios escolares como um marco relevante do investimento público em educação. Porém, destacam que essa qualidade não predominou em todos os estados da federação, nem mesmo foi observada em todo o estado de São Paulo. Com exceção de poucos edifícios considerados “verdadeiros palácios” (p.36), o que prevaleceu no estado de São Paulo e em outras regiões brasileiras foram as modestas edificações, com poucas diferenciações internas, além das salas de aula. Havia uma precariedade e uma insuficiência de prédios destinados à instrução pública e esse fato tornou-se um problema significativo para o ensino primário em todo o país.

Estudando o tempo escolar, Lemes (2010) destaca que o emprego do tempo tornou-se um aspecto relevante para que as atividades pedagógicas fossem realizadas, no modelo de instrução proposta pela reforma da escola primária paulista.

Em relação a essas questões, Agustín Escolano (apud Faria Filho, Vidal, 2000, p. 19) destaca que o espaço e o tempo escolar não são dimensões neutras para o ensino. Segundo afirma o autor, ambos operam como uma espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras, bem como uma semiologia que recobre símbolos culturais, ideológicos e estéticos (Escolano, 1998, p. 26).

Com a reforma da instrução pública, fixou-se uma jornada escolar – início e término das aulas – estabelecendo ritmos, intervalos e descansos. O saber passou a ser fragmentado em matérias, lições e exercícios. Analisando aspectos referentes aos tempos da escola, Souza (1998) destaca que o processo de racionalização da escola primária, desencadeado na última década do século XIX, gerou uma nova ordenação do tempo escolar, visando a tornar o tempo cada vez mais útil e maximizado. Portanto,

*se a escola de primeiras letras, reinado do ensino individual, vicejava sobre o tempo aleatório, marcado pelo ritmo da aprendizagem do aluno, o término do compêndio ou a livre decisão do professor, a escola primária republicana pôs em marcha uma organização racional do ensino na qual o emprego do tempo ganha relevância e significado. (SOUZA, 1998, p.215)*

O estabelecimento do calendário escolar aconteceu logo no início da reforma da instrução pública, em São Paulo, configurando-se como uma das

prescrições da reforma. O calendário escolar determinava o início e o término do ano letivo, bem como a duração do exercício escolar. Recreio, festividades, exames, encerramento das aulas e férias também compunham o calendário letivo, mostrando que a preocupação não se limitava ao tempo de exercício e trabalho.

Souza (1998) destaca que, embora o calendário tenha sido uma das primeiras prescrições da reforma, no que se refere ao tempo, foi a elaboração da arquitetura temporal escolar que manifestou o caráter regulador, educativo e disciplinar da escola graduada. A preocupação com a elaboração dos horários deu-se através de “uma confluência de fatores: o ensino simultâneo, a racionalização do ensino e o estabelecimento de programas extensos e abrangentes” (p. 219). Assim, era necessário organizar o tempo para que o programa de ensino pudesse ser seguido. Em todo o processo de reforma pela qual passou o ensino paulista, o emprego e a distribuição do tempo foram aspectos importantíssimos para a configuração de uma nova cultura escolar.

O emprego do tempo mostrou-se, nesse sentido, relevante para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a formação dessa nova cultura. A organização das turmas, dentro dos grupos escolares, também foi crucial para que as atividades escolares fossem desenvolvidas. Possuindo aproximadamente 40 alunos, as turmas passaram a ser abrigadas em salas de aula projetadas e mobiliadas para recebê-las.

Razzini (2008), em estudo sobre o modelo paulista para a educação elementar, destaca que os alunos passaram então a ser divididos não só pelo sexo, mas também pela idade e pelo estágio de aprendizagem.

Com a organização das salas com um contingente de aproximadamente 40 alunos, divididos por sexo, idade e nível de aprendizagem, o ensino passou a ser “fracionado em níveis graduados, em que a duração de cada nível passou a corresponder a um ano letivo, e, salvo oscilações, o curso primário ficou estabelecido em quatro anos” (RAZZINI, 2008, p.105).

Contra-pondo-se ao antigo modelo de escola de primeiras letras, comum nas cidades brasileiras e paulistas do século XIX, cuja formação caracterizava-se pela “única sala de aula, estabelecida na casa do mestre ou subvencionada pelo governo e arranjada em pequenas turmas de alunos, de diferentes idades e níveis de aprendizagem” (RAZZINI, 2008, p.105), a implementação da escola primária graduada paulista trouxe uma nova configuração para a educação elementar. Atendendo aos ideais de renovação da instrução pública, o modelo proposto para as salas de aula das escolas primárias graduadas primava pela divisão dos alunos em classes, segundo o mesmo nível de conhecimento.

Estudando aspectos ligados ao espaço escolar e às salas de aula no projeto de implantação da escola primária graduada em São Paulo, Souza (1998) destaca que a distribuição do espaço

*com vistas a civilizar e moralizar as crianças e, por extensão, suas famílias, configurou-se nos esquadramentos de cada sala e cada canto do edifício escolar. No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro de corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão. A sala de aula é a especificação básica: uma para cada ano do curso preliminar de cada seção. (HALL 1977 apud SOUZA, 1998, p. 138)*

Em cada classe, um grupo de alunos com o mesmo grau de conhecimento ficava sob os cuidados de um professor e, em alguns casos, também de um auxiliar. A sala de aula era um espaço fixo, e correspondia a uma das bases da escola graduada.

Com a criação da escola graduada, passou a existir um “programa graduado de estudos” (RAZZINI, 2008, p.105). Esse programa era preestabelecido, buscando garantir uma mesma formação para os alunos que frequentavam os grupos escolares, impondo a escolha dos mesmos métodos e dos mesmos materiais de ensino.

Souza e Faria Filho (2003) apontam que os programas de ensino, elaborados com o propósito de assegurar uma racionalidade na ordenação dos conteúdos, foram capazes de sistematizar o ensino nas escolas graduadas paulistas. Segundo almejavam os republicanos, os programas de ensino adotados pelos grupos escolares deveriam ser seguidos por todos os outros tipos de escolas.

Em conformidade com a definição apresentada pelo *Diccionario de las Ciéncias de la Educación*, a escola graduada paulista foi organizada como

*Um sistema de organização vertical do ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau. (Diccionario de las Ciéncias de la educación, 1983 apud SOUZA, 1998, p. 32)*

A classificação homogênea dos alunos constituiu uma das grandes revoluções na organização do ensino primário. Souza (1998) destaca que essa classificação pode ser considerada a “essência da escola graduada”, assinalando que a escola graduada de ensino primário constituiu “em si um modelo cultural em circulação” (SOUZA, 1998, p.18), no período.

### **A formação do cidadão republicano**

*Reconhecida e concebida como lugar, a escola primária, no final do século XIX, foi tributária no Estado de São Paulo, de uma missão: formar o cidadão republicano, o simulacro do homem moderno. Educar o povo consistia em preparar as crianças para a vida social. Para cumprir tão alta finalidade era preciso dotar a escola primária de meios apropriados, isto é, definir o que e como ensinar, o que implicou estabelecer o programa e o método de ensino, o emprego do tempo e dos materiais escolares. (SOUZA, 1998, p.158)*

À escola primária paulista foi atribuída, no final do século XIX, a missão de formar o cidadão republicano. Para que fosse possível essa formação, a escola primária deveria ser dotada de alguns meios. Portanto, foi necessária a definição do “como e o que ensinar”<sup>9</sup>, adotando-se métodos e programas de ensino.

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada por Souza (1998). Segundo a autora, educar o povo consistia em preparar as crianças para a vida social. Nesse sentido, para cumprir a finalidade do ensino, era preciso dotar a escola primária de meios apropriados, implicando, assim, na definição do que e como ensinar. É importante ressaltar que as prescrições voltadas para a ordenação do tempo, do espaço e para a formação de professores também estão vinculadas a este propósito.

Os reformadores da instrução pública no Estado de São Paulo acreditavam que a renovação do ensino estava calcada em dois pilares: a formação dos professores e a adoção do método intuitivo. A formação era compreendida como fundamento para uma prática configurada segundo os novos processos pedagógicos. Foi a ligação entre método e formação que levou os reformadores republicanos à criação de uma instituição como a Escola Modelo.

A reforma do ensino, iniciada pela reforma da Escola Normal, consistiu em uma reforma não só dos mestres, mas também dos métodos, segundo avaliou Rui Barbosa (apud Souza 1998). A imprescindibilidade da formação dos professores para a renovação da escola pública foi concebida, principalmente, pela “adoção de novos processos de ensino consubstanciados no novo método intuitivo” (SOUZA, 1998, p. 40).

Souza (1998) destaca que a ênfase dada na formação prática dos professores, com base na aprendizagem de métodos modernos de ensino, destacando-se o método intuitivo, foi uma das vertentes que resultaram na criação da Escola Modelo.

A escola popular passou a ser vista como um instrumento de reforma social, devendo ser completamente renovada, de acordo com os padrões educacionais considerados os mais modernos da época. É nesse sentido que o método intuitivo passou a ser visto como símbolo de “renovação e modernização do ensino” para a escola da época.

*Surgido na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo de Pestalozzi, foi tributário, por sua vez, das ideias de filósofos e pedagogos como Bacon, Locke, Hume, Rousseau, Rabelais, Comenius, Froebel, entre*

*outros (Giolitto, 1983). Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação. Pestalozzi recomendava a necessidade de psicologizar o ensino adaptando-o ao funcionamento do espírito infantil. Isto significava partir de outros princípios diferentes da lógica predominante no “método tradicional” de ensino o qual se pautava na aprendizagem com base na memória e na repetição, consistindo em uma abordagem dedutiva do saber -, defendendo um ensino que partisse do simples para o complexo, do particular para o geral. (SOUZA, 1998, p.159)*

O ensino baseado no método intuitivo implicava uma abordagem indutiva, na qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do concreto para o abstrato e do conhecido para o desconhecido. O material didático para que a prática do ensino, baseada no método intuitivo, fosse realizada denominava-se “lições das coisas”. Hippeau (1878 apud Souza 1998), ao falar sobre esse material, concebido segundo os princípios defendidos por Pestalozzi, destaca:

*as “lições de coisas” compreendiam: cultivar as faculdades na ordem natural de seu desenvolvimento; começar, por conseguinte pelos sentidos; não dizer nada à criança que ela pudesse descobrir por si mesma. Reduzir cada matéria a seus elementos mais simples. Explicar uma dificuldade de cada vez; seguir passo a passo a informação de acordo com o que a criança pudesse receber; atribuir a cada lição um objetivo determinado, imediato ou próximo; desenvolver a idéia e não a palavra; aperfeiçoar a linguagem; proceder do conhecido para o desconhecido; do simples para o composto; da síntese para a análise, seguindo não a ordem do sujeito, mas a da natureza. (SOUZA, 1998, p. 176)*

A adoção das “lições de coisas” visava assegurar que se colocasse em prática o método intuitivo. Tal recomendação pautou-se na consideração do

desenvolvimento das faculdades das crianças e de tudo o que era condizente à natureza infantil. A imaginação, a curiosidade, a arte de brincar, a observação, o sentido, entre outros aspectos, passariam a ser utilizados para garantir a aquisição do conhecimento. No que se refere ao ensino, o processo de ensinar partiria “do simples para o complexo; do que se sabe, para o que se ignora; dos fatos, para as causas; das coisas, para os nomes; das ideias para as palavras; dos princípios, para as regras” (CALKINS, 1950, p.31 apud SOUZA, 1998, p.16).

Caetano de Campos, mentor da Reforma da Escola Normal, considerava o método intuitivo como base para o ensino moderno. Os reformadores da instrução pública do estado de São Paulo, com a adoção do método intuitivo na escola graduada, legitimaram a “ação centralizadora do Estado em matéria de organização didático-pedagógica” (SOUZA, 1998, p.163). Cabe lembrar, nesse sentido, que a adoção do método intuitivo exigiu a criação de um novo perfil profissional, bem como uma renovação nos materiais didáticos.

Para ensinar intuitivamente qualquer uma das matérias que compunham o programa de ensino, o material didático se mostrava essencial e indispensável. Assim, vale assinalar que os materiais escolares se proliferaram no final do século XIX e início do século XX, uma vez que a nova concepção de educação e trabalho docente buscava, na utilização dos materiais didáticos, uma facilitação do processo de ensino e aprendizagem.

As “lições de coisas”, utilizadas como meio de inserir na escola o método intuitivo, foram um elemento primordial da renovação do ensino. Elas contribuíram, como registra Souza (1998), para a constituição “de certa sensibilidade para a infância, na qual o ensino teve que se adequar às

características do desenvolvimento infantil” (p.170). Assim, na cultura escolar formada com a contribuição do método intuitivo, alguns princípios como a experiência, a observação, o estímulo e a curiosidade da criança foram afirmados.

Tomando por base um programa de ensino organizado de maneira que o conhecimento partisse do concreto para o abstrato, alguns elementos ganham destaque no âmbito daquilo que deveria ser ensinado nas escolas graduadas. Desse modos, os intelectuais e reformadores do ensino público,

*ancorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho, iniciam a construção de um projeto cultural a ser operacionalizado pela escola. Tal projeto articulava as idéias de uma educação integral compreendendo a educação física, intelectual e moral com as necessidades de homogeneização cultural e de civilização das massas. [...] No elenco das matérias que passaram a compor o programa das escolas preliminares do Estado de São Paulo a partir de 1892, encontravam-se todas aquelas matérias de natureza científica e moral que foram introduzidas nos programas das escolas primárias em vários países europeus e nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XX. (SOUZA, 1998, p.172)*

Considerados por Souza e Faria Filho (2003) como um elemento relevante para a compreensão da cultura escolar, principalmente pela diversidade dos saberes introduzidos na escola primária, os programas de ensino registraram a enorme preocupação dos reformadores paulistas, dos intelectuais e educadores, com a educação moral e cívica, a construção da nacionalidade, a preparação para o trabalho, bem como os valores cívico-patrióticos.

Os programas de ensino das escolas paulistas compreendiam: leitura e princípios de gramática; escrita e caligrafia; contar e calcular sobre números inteiros e frações; geometria prática (taquimetria) com noções necessárias às suas aplicações à medição de superfície e volumes; sistema métrico decimal; desenho a mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes nomes da história; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares apropriados à idade e ao sexo (SOUZA apud FARIA FILHO, VIDAL, 2000, p. 20).

O programa de ensino das escolas preliminares do estado de São Paulo, a partir de 1892, buscou a formação integral do indivíduo, valorizando o conhecimento científico, prevendo uma “renovação dos materiais didáticos” (RAZZINI, 2008, p.106). Acreditava-se que era por meio dessa composição de matérias que a formação integral do indivíduo deveria acontecer.

É importante ressaltar que o projeto republicano para a instrução popular e para a formação integral do indivíduo “previa a renovação dos materiais didáticos como meio de garantir a uniformidade e o cumprimento dos programas” (RAZZINI, 2008, p.106). A busca por essa uniformização criou uma exigência de que cada aluno tivesse seu próprio material escolar, “aumentando a demanda por produtos que se tornariam cada vez mais de uso individual” (RAZZINI, 2008, p.106). O livro didático ganhou notoriedade, dentro do contexto da reforma paulista, “representando um marco no acesso à educação elementar” (RAZZINI, 2008, p.107). O crescimento no mercado editorial tornou-

se expressivo e o livro didático passou a se configurar no principal interesse das editoras.

### **Capítulo III - A materialidade da escola primária paulista**

O presente capítulo examina aspectos ligados à atuação das autoridades educacionais paulistas com vistas a dotar, do ponto de vista material, a escola primária, no final do século XIX e início do século XX. Considerando a pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, com os 156 Inventários de Bens escolares, procura-se responder algumas indagações: qual o potencial dos Inventários de Bens Escolares para a compreensão da história da educação e, mais especificamente, do processo de implantação de um modelo de escola graduada em São Paulo? Seria possível, por meio da análise desses documentos, compreender os investimentos estatais a fim de dotar materialmente as escolas primárias, no período recoberto por essa documentação?

#### **Vestígios da cultura material**

Formar o cidadão republicano constituiu-se em elemento fundamental na implantação da escola primária paulista em São Paulo, com base na reforma que acompanhou o advento da República. Para que essa formação se tornasse possível, o governo do estado de São Paulo fez alguns investimentos. Espaços próprios foram construídos, o tempo foi reorganizado e uma preocupação com os programas e métodos de ensino foi se tornando latente. Onde, como e o que ensinar? – foram algumas das indagações que se impuseram.

O final do século XIX, mais precisamente sua última década, foi um período marcado por grandes mudanças no campo educacional, principalmente no estado de São Paulo, como já se assinalou. A reforma oficial do ensino reorientou a formação de professores e modificou a escola primária, gerando uma nova organização didático-pedagógica.

Neste contexto, a discussão sobre a dimensão material da escola primária paulista ganha força, impulsionando os investimentos estatais voltados para o objetivo de dotar materialmente a escola primária. No processo de renovação do ensino, essa dimensão passa a fazer parte das grandes questões discutidas pelos republicanos, traduzindo-se em preocupações em relação à necessidade de materiais de ensino condizentes com o método intuitivo, bem como com a nova formação profissional.

O governo paulista começa a dotar as escolas de objetos materiais, adquiridos com vistas a facilitar o processo de ensino–aprendizagem, em função das novas concepções em relação à educação e ao trabalho docente. Nos debates que marcam o período, passa-se a estabelecer uma ligação direta entre o método de ensino e o uso de materiais. Dessa forma, o uso do material didático passa a ser visto como elemento necessário e indispensável para o ensino, tornando-se uma ferramenta do trabalho docente.

Nesse contexto, o estado de São Paulo viu-se às voltas com a necessidade de fornecer o material necessário para a instalação e funcionamento das escolas, desde o mobiliário, até os livros e demais aparelhos e utensílios.

Souza (1998) destaca que, segundo defendiam os republicanos, era necessário aparelhar adequadamente as escolas, para que a reforma do

ensino pudesse acontecer de maneira completa, acompanhando a adoção de um novo método de ensino e a construção de prédios escolares. Para aparelhar essas escolas, o estado de São Paulo teria um custo grandioso, difícil de ser assumido. Assim, a prioridade foi dada às Escolas Modelo “as únicas que tiveram material completo para o ensino primário renovado” (SOUZA, 1998, p.226). Após equipar as Escolas Modelo, o Estado preocupou-se com os grupos escolares e, por último, com as escolas isoladas, estas últimas menos identificadas com os propósitos da reforma.

### **Os Inventários de Bens Escolares: possibilidades investigativas**

A pesquisa realizada com os 156 Inventários de Bens Escolares possibilitou observar como a escola primária paulista estava se constituindo, do ponto de vista da sua materialidade, no período estudado. Trazendo uma lista minuciosa dos bens escolares pertencentes às instituições escolares, os documentos analisados contribuem para uma melhor compreensão a respeito dos investimentos estatais destinados à dotação material das escolas. Listando os pertences das escolas, em um momento em que se buscava uma padronização e uniformização do ensino, os inventários acabam se tornando instrumentos para a reconstrução da história interna dessas escolas.

Souza (1998), estudando alguns vestígios da cultura material escolar do final do século XIX e início do século XX, no estado de São Paulo, destaca que em um ofício, dirigido ao Conselho Superior da Instrução Pública, no ano de 1895, o secretário do Interior, visando a uniformizar a base do ensino, recomendava que fosse organizada uma lista de materiais necessários a todas

as escolas, para que fossem realizadas, posteriormente, algumas encomendas. A autora destaca, ainda, o grande empenho do Estado em prover as escolas, principalmente as instituições renovadas de ensino público, dos mais modernos materiais escolares em circulação na época, a fim de colocar em prática a política de visibilização da ação do Estado em relação à educação.

Analisando aspectos do projeto republicano para a educação, Razzini (2008) destaca a preocupação dos reformadores em renovar os materiais didáticos, visando uma uniformidade para o ensino, bem como o cumprimento dos programas. Segundo a autora,

*os materiais tiveram de ser reelaborados ou reinventados para se adequar aos programas, então acrescidos de matérias e de conteúdos, que passaram a ser oferecidos “intuitivamente”, de maneira gradual e seriada. A principal consequência de tal uniformização, aliada ao emprego do modo simultâneo para toda a sala de aula, foi a exigência de que cada aluno tivesse seu próprio material escolar, aumentando a demanda por produtos que se tornariam cada vez mais de uso individual, como penas, lápis, ardósias, folhas de papel, cadernos e livros. (RAZZINI, 2008, p.106)*

Examinando as listagens de materiais registrados nos inventários, encontramos uma grande variedade de materiais voltados para as práticas de escrita e leitura; um conjunto de materiais utilizados pelos alunos, outros tantos de uso restrito dos professores; bem como objetos que compunham o espaço escolar.

Considerando a organização do espaço e do tempo escolar, proposta pelos republicanos paulistas, o relógio, por exemplo, ganhou um significado inédito. Presente em quase todas as listagens dos inventários analisados, o

relógio fez parte do processo de racionalização da escola primária, no qual uma nova ordenação do tempo passou a ser construída.

Analisando os tempos da escola, Souza (1998) ressalta que a necessidade de organização do saber, bem como de controle das atividades dos professores e alunos transformou os calendários e os horários em importantes registros de ordenação do tempo. O tempo deveria ser maximizado, aproveitado, tornado útil. Nesse sentido, o relógio se tornou uma ferramenta reguladora. Além disso, as escolas passaram a contar com um calendário escolar, no qual eram estabelecidos o início e o término do ano letivo, bem como a duração dos exercícios escolares. As escolas do curso preliminar tinham suas funções cumpridas durante cinco horas diárias, controladas, com a ajuda do relógio.

O uso de escarradeiras, canecas individuais e talhas para água podem demonstrar a preocupação com as questões de higiene, uma vez que, conteúdos de higiene faziam parte do currículo instituído pela reforma que sucedeu a Proclamação da República.

Os inventários dão conta de um amplo rol de objetos destinados às práticas de ensino, como mapas, globos, cartas de pesos e medidas, compassos, entre outros. Cada um desses objetos possuía uma finalidade. Como destaca Souza (1998), para cada matéria havia um material específico. As cartas de Parker, os compassos e os contadores mecânicos eram usados, juntamente com o sistema métrico decimal, para o ensino da aritmética e da geometria. O globo terrestre, os mapas de história do Brasil e os mapas de história de São Paulo eram utilizados para o ensino de matérias como história e geografia. É importante ressaltar que havia outras matérias na proposta

curricular da escola primária paulista, tais como ciências físicas e naturais, que envolviam a utilização de alguns materiais, identificados pela autora, mas que não constam nos inventários analisados. Entre eles, encontram-se os quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópio, peças anatômicas e mapas de física.

Os materiais apresentados podem representar as ferramentas para que o trabalho docente fosse realizado, facilitando a aprendizagem dos alunos, uma vez que o método intuitivo pressupunha a utilização de um amplo leque de materiais didáticos, sem os quais o cumprimento fiel do programa enciclopédico e a utilização do método de ensino ficavam comprometidos.

É nesse sentido que Souza (1998) faz importantes considerações a respeito dos materiais escolares. A autora destaca que os materiais didáticos proliferaram-se, a partir da segunda metade do século XIX, em função das novas concepções sobre a educação e o trabalho docente, com vistas a facilitar todo o processo de ensino-aprendizagem.

Livros e manuais escolares também foram encontrados nos inventários de bens escolares. Os livros listados são livros de leitura e coleções de séries graduadas, destinadas ao ensino de primeiras letras, bem como alguns exemplares de livros destinados ao uso do professor, para o ensino de matérias como geografia, matemática, música, química e aritmética.

A revisão bibliográfica possibilitou compreender a grande presença dos livros de leitura e das séries graduadas de leitura, nos inventários de bens escolares, no final do século XIX e início do século XX. Razzini (2008) destaca que o governo paulista havia estabelecido que somente os livros de leitura

deveriam ser destinados ao uso dos alunos o que desobrigava o fornecimento de livros das demais matérias.

*Em São Paulo, desde o início da República, o governo controlou a escolha dos livros didáticos nas escolas públicas primárias, nas quais só poderiam entrar aqueles que fossem aprovados previamente pelo Conselho Superior da Instrução Pública e, mais tarde, quando foi extinto (1897), pelas sucessivas comissões designadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Ao lado disso, o governo estabeleceu que somente os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, o que desobrigava o fornecimento de livros das demais matérias, as quais ficariam a cargo da “palavra do mestre”. É importante frisar que a determinação de adotar apenas “cartilhas e livros de leitura corrente” para uso dos alunos persistiria até o final da década de 1930, colocando tais produtos no centro das adoções oficiais e do interesse das editoras. (RAZZINI, 2008, p. 107)*

Tal medida teve como resultado, segundo destaca Razzini (2008), o fato de que os livros de leitura se tornaram a principal compra governamental do período, em São Paulo. Apesar do grande interesse dos republicanos paulistas em investir na aquisição dos livros destinados ao ensino de primeiras letras, Souza (1998) destaca, entretanto, que não tardou muito para que o entusiasmo estatal, em dotar materialmente as escolas, cedesse a uma política de racionamento.

Assim, o Estado passou a fornecer às escolas públicas somente os materiais escolares básicos e alguns poucos itens de mobiliário. Apesar de não inviabilizar o ensino, Souza (1998) destaca que a falta de materiais acabou por empobrecer as possibilidades de utilização do método intuitivo, bem como o ensino de algumas matérias como as ciências naturais, a física, os trabalhos manuais, a ginástica, entre outras.

São Paulo, com o projeto de modernização da educação popular, que marcou os primeiros anos da República, impulsionou as editoras a trabalharem na produção de materiais destinados ao ensino, gerando assim, um significativo crescimento da produção de livros didáticos.

Atreladas à expansão e ao desenvolvimento da escola elementar, as editoras passaram a contar com um aumento significativo do público leitor, uma vez que as escolas estavam recebendo um número maior de alunos. Carbonne (2003, apud RAZZINI 2008) destaca que, no contexto da reforma da instrução pública que aconteceu no Estado de São Paulo,

*o aumento do consumo de livros didáticos representa um marco no acesso à educação elementar, e o expressivo crescimento do mercado de livros escolares deve ser encarado como parte das condições de infraestrutura (física e cultural) criadas para a consolidação dos sistemas de educação pública. (CARBONNE 2003 apud RAZZINI 2008, p. 107)*

A expansão do ensino primário facultou a produção de uma literatura escolar sem precedentes. Examinando a produção do livro escolar para as escolas elementares, Souza (1998) registra que, no período de implementação da Reforma,

*o consumo escolar do livro lançou autores e editores num empreendimento lucrativo ancorados na indústria de manuais escolares. A falta de manuais escolares para professores e alunos era atestada pelos reformadores da instrução pública em São Paulo. De fato, a literatura didática dos tempos do Império era bastante precária. Poucos eram os compêndios pedagógicos em língua portuguesa e nas escolas de primeiras letras era comum o uso de cartas manuscritas de “debuxos” feitos pelo próprio professor. Para sanar tais dificuldades, os reformadores previram a iniciativa do Estado na publicação de periódicos pedagógicos e manuais didáticos para a orientação de professores. Nascia, assim, a*

*política do livro didático. Em relação aos alunos, o Estado assumiu o controle absoluto sobre os livros e materiais escolares. (SOUZA, 1998, p.231)*

Os livros de leitura ganharam, por essa via, lugar de destaque dentre os livros didáticos produzidos. Desta forma, eles se tornaram o centro das produções editoriais, impulsionando uma expansão no campo das editoras.

### **A expansão editorial em São Paulo na Primeira República**

A década de 1890 foi marcada pelo crescimento significativo da indústria gráfica em geral, e um dos fatores responsáveis por esse crescimento foi a institucionalização da escola primária no estado de São Paulo, como já assinalamos.

Examinando questões ligadas à reforma oficial do ensino paulista, Razzini (2008) aponta que a expansão da escola elementar de São Paulo foi a principal razão pela qual a Livraria Francisco Alves criou sua primeira agência na cidade de São Paulo, inaugurada em abril de 1894. A expansão do setor gráfico favoreceu-se com o aumento do público leitor nas escolas da época. A reforma do ensino, a expansão da escola elementar e a venda em larga escala dos livros didáticos fizeram com que as editoras já existentes, juntamente com aquelas que estavam surgindo, iniciassem uma grande disputa no mercado editorial.

Para que pudessem chegar até as escolas, os livros produzidos pelas editoras passavam pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Estado<sup>10</sup>, órgão responsável por aprovar ou não tais livros. A fim de atender as exigências do Conselho Superior da Instrução Pública, bem como criar um público consumidor, as editoras, segundo Bittencourt (2004), passaram a transformar e a aperfeiçoar as linguagens do livro didático.

*As ilustrações começaram a se tornar necessidade, assim como surgiram novos “gêneros didáticos”, destacando os “livros de leitura” e os “livros de lições de coisas”, não se limitando mais a compêndios e cartilhas. (BITTENCOURT, 2004, p. 483)*

Com a nova proposta de ensino defendida pelos republicanos paulistas, cada aluno deveria ter seu próprio material, para que a uniformidade e o cumprimento dos programas de ensino pudessem ser garantidos. Nesse cenário, algumas editoras conseguiram lugar de destaque no mercado editorial paulista. A livraria Francisco Alves e a livraria Clássica Alves & Cia foram as que mais se sobressaíram<sup>11</sup>.

Razzini (2008) destaca que a primeira concorrência pública foi aberta pela Secretaria Geral da Instrução ainda no ano de 1893. Diante da

---

<sup>10</sup> Como destaca Razzini (2008), o Conselho Superior da Instrução Pública atuou até o ano de 1897 no controle dos livros didáticos. A partir de 1898, o controle ficou por conta das sucessivas comissões designadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública para avaliação dos livros didáticos. A pesquisa não possibilitou a localização dos relatórios dessas comissões.

<sup>11</sup> Nesse sentido, vale registrar que, no ano de 1892, a Livraria Clássica Alves & Cia, instalada na cidade de São Paulo, enviou ao Conselho Superior da Instrução Pública uma listagem com vários de seus livros didáticos, tendo vários de seus livros aprovados, entre agosto e setembro do mesmo ano.

concorrência, as livrarias Clássica Alves & Cia; Teixeira e Irmão; e a livraria do engenheiro Manuel F. Garcia Redondo enviaram suas propostas ao Conselho Superior, selando o início da concorrência. Neste processo de aprovação de obras didáticas pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado, as livrarias, nas listas enviadas para aprovação, reuniam obras de diversos autores.

Lembrando que a principal compra governamental do período referia-se aos livros de leitura, a Livraria Clássica Alves & Cia foi responsável pela publicação dos livros de leitura de autores como Felisberto de Carvalho e Hilário Ribeiro (docentes no Estado do Rio de Janeiro). A Livraria Teixeira e Irmão responsabilizava-se pela publicação dos livros de leitura de João Köpke e Thomaz Galhardo (autores que lecionavam no sistema de ensino do estado de São Paulo). Já a livraria do engenheiro Manuel F. Garcia Redondo apenas publicava o livro *Contos Infantis*, de autoria conjunta de Julia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira.

Com base no levantamento empreendido em bibliotecas e nos próprios livros de leitura, Razzini (2008) aponta a publicação didática de várias livrarias, nas décadas de 1880 e 1890. Segundo a autora, a Livraria Teixeira e Irmão publicou as seguintes obras didáticas, dos respectivos autores:

**QUADRO 1: Autores que tiveram suas obras didáticas, destinadas à escola elementar paulista, publicadas pela Livraria Teixeira e Irmão no final do século XIX**

<b>AUTORES</b>	<b>OBRAS PUBLICADAS</b>
Latino Coelho	<i>Código juvenil</i> (1891)
Julio Ribeiro	<i>Grammatica da puerícia</i> (1891); <i>Grammatica portugueza</i> (1891) - 3ª edição
J. Augusto Coelho	<i>Princípios da pedagogia</i> (1891, 1893)
João Köpke	<i>Fábulas</i> (1891); <i>4º Livro, leituras moraes e instructivas</i> (1892); <i>Leituras praticas</i> (1892)
José Ignacio Roquete	<i>Nouveau dictionnaire portugais-français</i> (1892)
Tancredo do Amaral	<i>Geographia elementar</i> (1893) - 2ª edição

\*\*Fonte: Informações obtidas em RAZZINI, 2008, p.109.

A Livraria Teixeira e Irmão decreta falência no ano de 1894, passando os livros de leitura de Thomaz Galhardo e Tancredo do Amaral, antes publicados por ela, a compor, a partir do mesmo ano, o catálogo da Livraria Alves & Cia.

A longa trajetória da Livraria Francisco Alves em São Paulo, desde a fundação de sua filial no ano de 1894, foi marcada pela grande expansão de seu catálogo editorial. Com inúmeros títulos publicados, a maioria deles eram livros de leitura.

Razzini (2008) aponta, ainda, a grande influência que o sistema de ensino paulista representou nas reformas educacionais realizadas em outros estados do país, destacando que os livros de leitura, principalmente os da Livraria Francisco Alves, eram frequentemente adotados pelos outros estados. É importante ressaltar que a Livraria Francisco Alves foi uma das maiores produtoras das séries graduadas de leitura, como apontado no quadro abaixo.

As séries graduadas, bem como os livros de leitura publicados por essa livraria foram os mais adotados, durante a Primeira República.

**QUADRO 2: Autores que tiveram suas obras didáticas, destinadas à escola elementar paulista, publicadas pela Livraria Francisco Alves**

<b>AUTORES</b>	<b>OBRAS PÚBLICADAS</b>
Tancredo do Amaral	<i>História do Estado de São Paulo</i> , 1894; <i>Geographia Elementar</i> , 1895; <i>Analectos Paulistas</i> , 1896; <i>O Estado de São Paulo</i> , 1896; <i>Livro das Escolas</i> , 1913
Thomaz Galhardo	<i>Cartilha da Infância</i> , 1895; <i>Segundo</i> , 1895 e <i>Terceiro Livro de Leitura</i> , 1906
Arnaldo Barreto	<i>Primeiras Leituras</i> , 1908; <i>Cartilha Analítica</i> , 1909; <i>Leituras Moraes</i> , 1909; <i>Cartilha das Mães</i> , 1911
Romão Puiggari	<i>Cousas Brasileiras</i> , 1895; <i>Album de Gravuras</i> , 1898, e com Arnaldo Barreto, <i>Série Puiggari – Barreto: Primeiro</i> , 1909; <i>Segundo</i> , 1911; <i>Terceiro</i> , 1911; e <i>Quarto Livro de Leitura</i> , 1909
Ramon Roca	<i>Pequenas Leituras</i> , 1913
Alfredo Bresser	<i>Leitura Manuscripta</i> , 1909, com Romão Puiggari e Ramon Roca, sob a sigla BPR, das iniciais dos sobrenomes
João Köpke	<i>Fábulas</i> , 1910; <i>Leituras Práticas</i> , 1915; <i>Primeiro</i> , 1908; <i>Segundo</i> , 1908; <i>Terceiro</i> , 1908; <i>Quarto</i> , 1908; e <i>Quinto Livro de Leituras Moraes e instructivas</i> , 1911
Diogo Esteves da Silva	<i>Instrução Moral</i> , 1897
Mario Bulcão	<i>Vida Infantil – Primeiro</i> , 1906; <i>Segundo</i> , 1906; <i>Terceiro</i> , 1906 e <i>Quarto Livro</i> , 1906
Francisco Viana	<i>Leituras Infantis</i> : cartilha, 1912; Histórias para pequeninos, leitura preparatória, 1909; <i>Primeiro</i> , 1908; <i>Segundo</i> , 1908 e <i>Terceiro Livro</i> , 1908; <i>Primeiros passos na leitura</i> , 1915; <i>Aprendizagem da Leitura</i> , 1915; <i>Cadernos de Linguagem</i> , 1909.
Rita de Macedo Barreto	<i>Corações de Crianças</i> : leituras preparatórias, 1914; <i>Primeiro</i> , 1913; <i>Segundo</i> , 1913; <i>Terceiro</i> , 1913 e <i>Quarto Livro</i> , 1916

\*\*Fonte: Informações obtidas em RAZZINI, 2008, p. 113.

No ano de 1908, a Livraria Francisco Alves tornou-se a maior editora brasileira de livros didáticos, trazendo para seu catálogo várias obras que antes foram impressas com a chancela de seus concorrentes. O catálogo da Livraria Francisco Alves, no período entre 1894 e 1917, “contou com a entrada de muitos autores que atuavam no ensino primário e secundário de São Paulo” (RAZZINI, 2008, p. 112).

Fazendo um panorama da produção de algumas editoras, outra empresa editorial que também conseguiu seu lugar de destaque no mercado paulista, foi a editora Tipografia Siqueira. Tal editora, ao entrar no mercado editorial, no ano de 1894, dedicava-se apenas a determinados campos de editoração, bem como à impressão de obras destinadas à Academia de Direito, dos relatórios e anuários de ensino oficiais do estado, bem como do fornecimento de livros em branco, destinados à escrituração administrativa. Porém, logo se inseriu na produção de materiais e títulos didáticos destinados à escola elementar, publicando livros de leitura de grandes autores, no período da Primeira República.

Um dos destaques da Tipografia Siqueira, segundo Razzini (2008), foi a impressão, durante muitos anos, da Coleção FTD, composta por livros didáticos elaborados pela Congregação Marista do Brasil, a partir de 1902. Sua boa aceitação em diversas escolas confessionais do país induziu os irmãos Maristas a firmar contrato com editores no estado de São Paulo, sendo o primeiro deles, no ano de 1906, a Livraria Francisco Alves e, mais tarde, em 1908, a Tipografia Siqueira.

Publicando 23 títulos de livros didáticos, ao longo da Primeira República, a Tipografia Siqueira, assim como a Livraria Francisco Alves e a Livraria dos

Irmãos Teixeira, contribuíram de maneira significativa para o movimento de expansão da escola elementar pública no estado de São Paulo. A reforma educacional implantada no estado motivou a atuação das editoras, e o livro didático passou a ser o seu principal produto de impressão e venda.

A editora Melhoramentos também se destacou no segmento de livros didáticos. No ano de 1899, os irmãos Weiszflog se inseriram no campo das artes gráficas na capital paulista, tendo sua primeira publicação impressa no ano de 1907. A obra chamava-se *Gramática expositiva* e saía com a chancela do Estabelecimento Graphico Weiszflog Irmãos e Companhia. Somente no ano de 1915, a editora Melhoramentos lançou a sua primeira publicação com chancela própria: *O Patinho Feio*, de autoria de Hans Christian Andersen.

A editora de Monteiro Lobato e a Editora Nacional também ganharam espaço no mercado editorial paulista, porém o período de destaque dessas editoras se aproxima da década de 1920.

Para finalizar, é importante observar que, ao longo das primeiras décadas do século XX, o movimento de expansão da escola pública no estado de São Paulo impulsionou a produção didática na capital. Apesar de algumas editoras terem falido, como por exemplo, a editora dos Irmãos Teixeira, o mercado editorial brasileiro construiu, segundo Razzini (2008), um resistente e duradouro comércio de livros, capaz de absorver, as demandas vindas de outros estados. Nesse mercado, os livros de leitura assumiram lugar de destaque.

## **Os livros de leitura**

A determinação do governo de adotar apenas os livros de leitura para o uso dos alunos permaneceu, desde os primórdios da Primeira República até a década de 1930, e proporcionou uma grande expansão editorial. Os livros de leitura se tornaram o centro dos interesses editoriais, redundando em uma crescente produção dos mesmos, principalmente no estado de São Paulo. Organizados em séries graduadas, os livros de leitura se classificavam como 1º, 2º, 3º e 4º livro, destinando-se ao uso dos alunos, de acordo com a série em quem estavam matriculados na instituição escolar.

Escritos por diversos autores, as séries graduadas e os livros de leitura, segundo Köpke (2011), foram a primeira manifestação de uma literatura e de uma leitura infantil dedicadas exclusivamente às crianças. Em função da produção desses livros, professores, diretores, inspetores de ensino, educadores e profissionais escolares começaram a se inserir no mercado editorial, publicando livros de leitura seriados.

Produzidas no contexto de todo um conjunto de iniciativas que visavam modernizar e substituir os escassos materiais escolares impressos, da época do Império, os livros de leitura eram, segundo Valdez (2004), obras consideradas inovadoras para a época. Publicados, sobretudo após 1889, foram instrumentos importantíssimos para a divulgação da nova ordem republicana, na qual a escola era um dos principais emblemas.

De acordo com a organização do sistema de ensino, na qual o tempo escolar passou a ser fracionado em níveis graduados, havia uma progressão de conteúdos no interior dos livros de leitura e essa progressão se dava em

relação à complexibilidade dos textos que compunham os volumes. Analisando a questão dos conteúdos abordados pelas séries graduadas, Köpke (2011) aponta que os livros de leitura tinham a finalidade de instruir os alunos, privilegiando

*conteúdos de moral, civismo, amor à família e à pátria, obediência, normas de bom comportamento, de perseverança, abnegação, altruísmo e temas como folclore, datas comemorativas, história do Brasil, rudimentos de ciências e geografia, entre outros. (KÖPKE, 2011, p.31)*

Discutindo as possíveis finalidades das séries graduadas de leitura, Souza (1998) destaca que, no projeto de escola republicana paulista, essas séries possuíam um caráter eminentemente prático, sem nenhuma preocupação literária. Era através da leitura que as noções morais, cívicas, científicas e práticas poderiam ser apreendidas pelos alunos.

Publicadas para atender ao novo projeto de educação, as séries graduadas de leitura, assim como as cartilhas, e os demais livros didáticos, compunham “um conjunto amplo de representações de uma época”, capazes de “divulgar e estabelecer os novos princípios republicanos” (KÖPKE, 2011, p.37).

Muitos autores foram motivados a elaborar livros de leitura e outros textos didáticos para o uso dos alunos e professores do ensino primário. Abílio Cesar Borges, primeiramente, e mais tarde, Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto, Francisco Vianna e João Köpke foram os responsáveis por produzir as primeiras séries graduadas de livros de leitura.

Köpke (2011) destaca que Abílio César Borges foi o primeiro a lançar uma série de livros de leitura no ano de 1868. Conhecido como Barão de Macaúbas, Abílio estava sempre atento às novidades que surgiam no ramo pedagógico, buscando produzir textos didáticos que servissem de apoio às aulas das escolas primárias brasileiras.

Quase duas décadas depois, em 1880, o autor Hilário Ribeiro publicou também sua primeira série de livros de leitura, intitulada *Série Instrutiva*. Cada livro da série possuía um título. Analisando essa questão, Pfromm Netto (1974) destaca que, até 1930, cada um dos títulos dos livros de leitura que compunham a série graduada de Hilário Ribeiro já havia atingido mais de uma centena de edições publicadas.

Na última década do século XIX, Felisberto de Carvalho também publicou sua série de livros de leitura, composta por cinco volumes. Ilustrada por Epaminondas de Carvalho, essa série de livros foi editada pela Livraria Francisco Alves e começou a ser publicada, segundo Köpke (2011), em 1892. Além dos livros de leitura, Felisberto de Carvalho teve outros títulos publicados durante a Primeira República, dentre os quais estavam:

*Noções de história natural, Dicionário gramatical, Elementos da gramática da língua portuguesa, Exercícios de estilo e de aritmética e geometria, Aritmética das escolas primárias, Exercícios de estilo e redação, Exercícios da língua portuguesa, Seleta de autores modernos, Instrução moral e cívica e o Tratado de metodologia.* (PFROMM NETTO, 1974, p.173 apud KÖPKE, 2011, p.34)

Köpke (2011) destaca que a década de 1890, no estado de São Paulo, foi marcada pelo entusiasmo crescente pelo método analítico de alfabetização, movido, principalmente, pelas discussões e pelas conferências acerca do

melhor autor, da melhor cartilha e do melhor livro didático. A Escola Normal, instituição que serviria de vitrine e laboratório para as inovações didáticas pretendidas pelos republicanos, destacou-se como produtora de teoria e de práticas calcadas nas novas idéias pedagógicas, e como centro difusor de novidades educacionais. Dentro do contexto das inovações pedagógicas que ali estavam acontecendo, novas cartilhas e séries graduadas de livros de leitura foram surgindo, juntamente com a formação de professores segundo novos princípios.

Arnaldo de Oliveira Barreto também foi um autor que se destacou<sup>12</sup>, considerando em suas obras sempre o método analítico de alfabetização. Os destaques de sua produção foram, segundo Köpke (2011), a *Cartilha das mães*, a *Cartilha analytica*, *Leituras morais* (Série Puiggari-Barreto – 1º, 2º e 3º Livros de leitura), coleção de *Cadernos de caligrafia*, *Cadernos de Cartografia*, *Cadernos de linguagem* e *Os lusíadas*. Sua *Cartilha analytica* foi utilizada não somente em São Paulo, mas também em outros estados brasileiros, de 1910 até aproximadamente 1950.

O método analítico também estava presente nas obras de João Köpke, outro autor que se destacou na escrita das séries graduadas de leitura mais utilizadas nas escolas primárias paulistas. Seus livros de leitura estavam presentes não só nas escolas públicas de São Paulo, como por exemplo, a

---

<sup>12</sup>Analisando a trajetória e a produção de Arnaldo de Oliveira Barreto, Köpke (2011) destaca que o autor exercia o magistério no Estado de São Paulo. Formado pela Escola Normal no ano de 1891, Arnaldo de Oliveira Barreto logo assumiu cargos importantes na área educacional, tornando-se, além de autor de livros e cartilhas, diretor de escola no período republicano.

Escola Normal, mas também em escolas particulares, como a escola primária Neutralidade.

Muito utilizado no estado de São Paulo e também em outros estados, o primeiro livro da série *Leituras Moraes e Instructivas* para uso das escolas primárias, de João Köpke, foi lançado no ano de 1884 e, logo em seguida, os outros volumes também foram publicados. Compondo a Série Rangel Pestana, os livros de leitura de Köpke denominavam-se: *Primeiro livro de leituras moraes e instructivas*, *Segundo livro de leituras moraes e instructivas*, *Terceiro livro de leituras moraes e instructivas*, *Quarto livro de leituras: para uso das escolas primárias e secundárias* e *Florilégio contemporâneo para uso das escolas secundárias* (5º Livro). É importante ressaltar que os livros de leitura dessa série graduada tiveram sucessivas edições. Após o falecimento de Köpke, seus livros de leitura foram revistos por Lúcia Monteiro Casassanta e reunidos em uma série graduada que passaria a ter seu nome: *Série João Köpke*.

Os livros de leitura e a reunião destes em séries graduadas de leitura adquiriram grande importância dentro da escola graduada paulista. Sendo os “únicos materiais de leitura acessíveis às crianças do final do século XIX e do início do século XX” (KÖPKE, 2011, p.37), as séries, juntamente com as cartilhas e os livros didáticos, “compõem um conjunto amplo de representações de uma época, e podem ser objetos e fontes de estudo e pesquisa para uma melhor compreensão da história da educação brasileira” (KÖPKE, 2011, p.37).

## **Dando continuidade à pesquisa**

A pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, analisando 156 Inventários de Bens Escolares, juntamente com a revisão bibliográfica feita sobre a temática estudada, possibilitou a percepção de que, durante o final do século XIX e início do século XX, somente os livros de leitura eram destinados ao uso dos alunos, nas escolas primárias paulista. A busca por manuais escolares de higiene destinados à infância paulista possibilitou levantar as seguintes indagações: estariam os conhecimentos sobre higiene inseridos nos livros de leitura? Quais eram os conteúdos abordados por esses livros de leitura e séries graduadas?

Assim, na continuidade do trabalho, pretende-se verificar essa hipótese, por meio do exame de uma das séries de leitura graduada citadas nos documentos examinados, em paralelo com os programas de ensino.

## **Considerações finais**

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo examinar a constituição da escola primária paulista em sua dimensão material, a partir de um estudo realizado com os Inventários de Bens Escolares (1889-1914). Inicialmente, a pesquisa, desenvolvida com bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, voltou-se para o levantamento de documentos, reunidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que informassem sobre os trabalhos das comissões avaliadoras de livros didáticos, e documentos que oferecessem indícios sobre aquisição de livros para as escolas primárias paulistas da época, buscando encontrar manuais escolares de higiene, publicados nos final do século XIX e início do século XX, destinados aos alunos dessas escolas.

Questões como: o que caracteriza o projeto de reorganização da escola primária paulista, instituído no final do século XIX e início do século XX? Qual o papel reservado à escola no interior desse projeto, que tinha como propósito a formação do cidadão republicano? Como se expressou a atuação do Estado no sentido de dotar, do ponto de vista material, a escola primária? Que lugar ocupou nesse novo projeto de educação a produção de livros destinados às crianças e seus mestres? ajudaram a compreender o investimento estatal voltado para o propósito de dotar materialmente a escola elementar em São Paulo, após a Proclamação da República.

A reforma e a expansão da escola pública no estado de São Paulo redundaram na implantação dos grupos escolares, provocando mudanças significativas no sistema de educação pública do estado. Houve uma ampliação no número de matrículas e os alunos passaram a ser organizados em níveis

graduados. Buscou-se com a reforma paulista a uniformização do ensino e, para que isso pudesse ser alcançado, foi imposta a utilização dos mesmos métodos e dos mesmos materiais de ensino para o uso dos alunos, gerando uma renovação dos materiais didáticos até então utilizados.

Tal renovação gerou também um crescimento no mercado de livros e materiais escolares. Controlando a escolha dos livros, o governo de São Paulo estabeleceu que somente os livros de leitura poderiam ser utilizados pelos alunos e esse fato colocou tais produtos no foco dos interesses das editoras. O modelo de educação proposto em São Paulo logo se difundiu por outros estados e os livros didáticos editados por tipografias e livrarias paulistas passaram a ser utilizados por outras unidades federativas.

É nesse sentido, compreendendo o contexto educacional paulista, do final do século XIX e início do século XX, e analisando os 156 documentos reunidos no arquivo público, que se constatou a presença de um grande número de livros de leitura e livros voltados para o ensino das primeiras letras. Com base na análise realizada, pode-se supor que os conteúdos relacionados à temática higiene e à saúde estiveram presentes nos livros que compunham as séries graduadas de leitura, os quais reuniam uma ampla variedade de temas.

Para finalizar, é importante ressaltar o grande interesse em dar continuidade a esta pesquisa, de modo a verificar a hipótese da presença de temas referentes à temática da saúde e da higiene nos livros de leitura do final do século XIX e início do século XX. Para isso, pretende-se analisar uma das séries graduadas de leitura, citadas nos inventários de bens escolares examinados. Hipótese que parece plausível quando se considera que as

preocupações com essas questões estavam presentes entre os educadores dos períodos, como pode ser observado pela presença de materiais escolares que remetem aos cuidados com o corpo, a higiene e a saúde.

## Referências Bibliográficas

BARRA, V. M. L. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 15-36, 2007.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O.; KLINKE, K. Livros Escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 27-47, 2002.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 287.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, 2004, p. 475-491.

CARVALHO, M. M. C. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G., Org (s). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.225-25.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, 2004, p. 549-566.

DELGADO, B. Los libros de texto como fuente para la Historia de la Educación. *Historia de la Educación*, n. 2, 1983, p. 352-358.

ESCOLANO BENITO, A. Sobre la construcción histórica de la manualística em España. *Educación y Pedagogía*, v. 13, n. 29, 2001, p. 13-24.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares nos processos de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, v. 2, n. 14, 2000, p. 19-34.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G., Org.(s). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 108 – 167.

GHIRALDELLI JR, P. Do “entusiasmo pedagógico” ao “otimismo pela educação”. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 15-31.

KÖPKE, M. L. *Lendo com Hilda: João Köpke – 1902*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

LAJOLO, M. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

MAGALHÃES, J. O manual escolar no quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Revista de Ciências da Educação*, v.1, 2006, p. 5-14.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 10, 2005, p. 75-99.

PFROMM NETO, S.; DIB, C. Z.; ROSAMILHA, N. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PUELLES BENÍTEZ, M. Los manuales escolares: un nuevo campo de conocimiento. *Historia de la Educación*, n. 19, 2000, p. 5-11.

RAZZINI, M P. G. *Livro didático e expansão da escola pública elementar em São Paulo (1889-1920): a Livraria Francisco Alves*. Relatório de conclusão (Estágio de Pós-doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Produção de livros didáticos e expansão da escola pública elementar em São Paulo na Primeira República: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos*. Relatório de conclusão (Estágio de Pós-doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. "Falar bem a própria língua não é uma prenda é um dever": o cultivo da linguagem no curso de prática pedagógica de Lourenço

Filho no Ceará”. In: BASTOS, M. H. C.; CAVALCANTE, M. J. M., Org. (s). *O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

\_\_\_\_\_. “São Paulo, Cidade dos Livros Escolares”. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. Org. (s). *Impresso no Brasil: 200 anos de livros brasileiros*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

ROCHA, H. H. P.; REZENDE, F. *Manuais escolares de Higiene para a infância paulista*. Projeto de pesquisa realizado na qualidade de bolsista de iniciação científica / CNPq. Faculdade de Educação, DELART, UNICAMP, 2010.

SOUZA, G. Cultura Material na história da Instrução Pública primária no Paraná. *Revista Brasileira de História da Educação*. v. 7, n. 14, 2007, p. 37-68.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: (1890 - 1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Classes populares e educação popular na Primeira República: Problemas, valores e lutas*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1991.

\_\_\_\_\_. Dossiê: A cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa. Vestígios da cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 7, n. 14, 2007, p.11-14.

SOUZA, R. M. S. G. A cultura material escolar da Deutsche Schule. *Revista Brasileira de Educação*, v. 7, n. 14, 2007, p. 69-94.

VALDEZ, Diana. *Livros de Leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866 – 1930)*. Linhas. Santa Catarina: v. 5, n. 2, 2004, p. 17 – 49.

VILLELA, H. O. S. O Mestre – Escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. Org. (s). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 168- 207.

VIÑAO FRAGO, A. Textos escolares y didácticos. In: INFANTES, V.; LÓPEZ, F.; BOTREL, J. F. *Historia de la edición y la lectura en España, 1472-1914*. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003.